



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0633/11	DATA: 31/05/2011
INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 18h31min	DURAÇÃO: 03h30min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h30min	PÁGINAS: 65	QUARTOS: 42

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IVONE ALENCAR – Participante.
FLÁVIO ARNS – Vice-Governador, Secretário de Educação do Estado do Paraná e ex-Senador, representante do CONSED.
CLÁUDIA DUTRA – Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
CLEUSA RODRIGUES REPULHO – Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.
DAVI SOUZA – Participante.
PAULO MESSINA – Vereador pelo Estado do Rio de Janeiro.
MESSIAS RAMOS COSTA – Diretor da FENEIS.
SANDRA PATRÍCIA – Intérprete.

SUMÁRIO: Debate sobre o parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exposição em libras.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035 do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Tendo em vista que se encontram à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da 9ª reunião, realizada em 25 de maio, pergunto se há a necessidade de sua leitura. (*Pausa.*)

Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Chico Lopes.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Sras. e Srs. Parlamentares que concordam com seu inteiro teor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, conforme anunciado semana passada, as comunicações de realização de reuniões ordinárias e extraordinárias desta Comissão serão enviadas exclusivamente por meio eletrônico para os endereços institucionais dos Srs. Parlamentares, dos senhores consultores e das lideranças partidárias.

Ocorre que várias mensagens, enviadas na última sexta-feira, 27, informando a pauta desta semana voltaram com o *status* “caixa do correio do destinatário cheia”.

Por essa razão, peço aos senhores membros da Comissão, às suas assessorias, às Lideranças, aos senhores consultores que disponibilizem no correio eletrônico espaço suficiente para receber avisos da Comissão. E, finalmente, na eventualidade de o destinatário utilizar outro endereço, mesmo não institucional, reiteramos nossa solicitação anterior no sentido de que informe o mesmo à Secretaria da Comissão através do *e-mail cesp.pne@camara.gov.br*, para o devido cadastramento.

Esta 10ª reunião é destinada à realização de audiência pública, solicitada pelo Deputado Eduardo Barbosa e pela Deputada Professora Dorinha Seabra, com os convidados por eles indicados, naquele momento, e aprovado pelo Plenário.

Antes, quero fazer algumas comunicações.



Recebemos o Ofício nº 4, de 2011, comunicando o adiamento, sem previsão de nova data, do encontro para debater o PNE no Estado do Amazonas, marcado inicialmente para o dia 11 de junho.

Recebemos ofício do gabinete da Deputada Alice Portugal comunicando a mudança de endereço do local que sediará o Seminário Estadual do PNE na Bahia para o Instituto Anísio Teixeira.

Ofício confirmando para o dia 8 de junho, quarta-feira, audiência pública destinada a debater o Programa de Alfabetização na Idade Certa e as Escolas Integradas de Ensino Médio e Profissional com o Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, e a Secretária de Educação do Estado, Maria Izolda de Arruda Coelho.

Finalmente, foi remarcado para o dia 22 de junho, quarta-feira, o comparecimento do Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, nesta Comissão Especial.

Ofício confirmando seminário para a próxima sexta-feira, dia 3, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, dos Deputados Newton Lima, Gabriel Chalita, Mara Gabrielli, Ivan Valente, Dr. Ubiali e Paulo Freire, reunião do PNE.

Seminário dia 6 de junho, segunda-feira, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de autoria dos Deputados Angelo Vanhoni, Alex Canziani e Dr. Rosinha.

Confirmando para o dia 10, sexta-feira, das 9h às 12h, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, reunião do PNE, de autoria dos Deputados Eduardo Barbosa e Antônio Roberto.

Lembra-me a minha secretária que, infelizmente, não temos neste momento um tradutor de LIBRAS, porque o aviso da sua necessidade foi feito no momento em que a Secretaria-Geral da Mesa não pôde liberar os tradutores que trabalham diretamente no plenário, onde agora se realiza sessão ordinária. Por essa razão, não estamos disponibilizando. Pedimos desculpas. Mas se alguém quiser fazer isso durante a sessão, não há nenhum problema. Agradecemos muito e seja muito bem-vindo. *(Pausa.)*

Volto a explicar que não há nenhum lugar em que o direito das pessoas é respeitado como nesta Casa. Porém, esta Casa tem todo um sistema e uma burocracia. Todos os tradutores estão atuando no plenário, na sessão ordinária. Fiz



um apelo veemente no sentido de que nos fosse liberado pelo menos um, e isso não ocorreu. Infelizmente, não tenho como solucionar. *(Pausa.)*

Ninguém quer se prontificar para fazer o papel de uma pessoa da Casa? Se alguém quiser se prontificar, será muito bem-vindo, para que saíamos do impasse, porque não há nenhuma solução à vista.

A SRA. IVONE DE ALENCAR - É uma falta de respeito com a comunidade surda. É uma Casa que realmente já tem os intérpretes, e eles têm que ser ouvidos. Aqui, temos intérpretes, como eu, como as meninas aqui; só que não somos da Casa, nós estamos aqui os acompanhando, porque já sabíamos que a Casa tem intérpretes. Se a Casa não tivesse, nós nos prontificaríamos. Eu acho que realmente é uma falta de respeito, porque se tiver um cadeirante, terá um lugar para ele passar; se tiver uma pessoa cega, terá a acessibilidade para ela. Então, tem que ter a acessibilidade para o surdo nesta tarde. Vimos aqui para lutar pelos nossos direitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Bom, em primeiro lugar, gostaria que fosse cumprido o Regimento da Casa e que as manifestações fossem feitas com a autorização da Presidência.

Não há nenhum desrespeito com relação a essa questão. Fomos pegos de surpresa. Não nos foi solicitado com a devida antecedência, e estou propondo um pacto de colaboração. Se alguém quiser fazê-lo, será muito bem-vindo; do contrário, não tem solução, a não ser eu encerrar esta audiência.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, permita-me uma ponderação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não obstante parecer que já está equacionado, acho que na *TV Câmara* tem sempre alguém de plantão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Todos estão no plenário. Não entendo a razão, mas parece que foi feito um acordo de que o tradutor trabalha apenas 15 minutos. Portanto, para acompanhar a sessão, eles estão usando todos aqueles disponíveis. Acabei de fazer um apelo veemente. Quem é? *(Pausa.)* Para o Sr. Frederico Schimidt. Se algum Deputado quiser me ajudar nesse convencimento,



ficarei muito agradecido. Fiz todo o esforço no sentido de superar essa dificuldade, mas me responderam que é impossível fazê-lo, porque esta reunião de audiência pública está coincidindo com a sessão plenária da Casa.

Portanto, não houve nenhum descaso por parte desta Presidência. *(Pausa.)* Agradeço muitíssimo. E não esperaria outra atitude a não ser essa, porque é uma dificuldade que, infelizmente, acabaria nos atrapalhando.

Aliás, gostaria de fazer um apelo a todos os Deputados: diante da demanda sempre crescente que estamos tendo aqui na Casa, é preciso que nos reunamos com o Presidente e façamos a ele um apelo, porque esta Casa tem toda a obrigação de atender de forma conveniente. O que não pode é tentar dividir: *“Ah, eu não posso ceder, a Secretaria tem prioridade”*. Eu sei que a Secretaria da Mesa tem prioridade, mas esta é uma reunião específica, na qual, mais do que nunca, os tradutores deveriam estar para prestar apoio aos trabalhos desta Comissão.

Podemos prosseguir? *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Vamos formar a nossa Mesa para a audiência pública destinada a debater o tema Propostas para a Educação Especial no Âmbito do PNE II, requerida pelo ilustre Deputado Eduardo Barbosa e pela ilustre Deputada Professora Dorinha Seabra.

Estão convidados para tomar assento à Mesa o Vice-Governador e Secretário de Educação do Estado do Paraná, o ex-Senador e nosso colega Flávio Arns, que aqui representa o CONSED; a Sra. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Dra. Cláudia Dutra; e a Sra. Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME, Dra. Cleusa Rodrigues Repulho.

Informo ao Plenário que o Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Educação — CNE, Antônio Carlos Caruso Ronca, convidado para participar deste painel, justificou a ausência em razão da realização de reunião ordinária do Conselho, coincidente com data e horário da audiência pública de hoje.

Antes de dar algumas orientações sobre o nosso trabalho, quero falar da nossa satisfação com a presença em nosso plenário do Vereador Paulo Messina, Presidente da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.



Antes de conceder a palavra aos expositores, peço a atenção dos senhores para alguns procedimentos usuais. Cada convidado disporá de 20 minutos para a sua exposição. Para fazer apartes, os Srs. Deputados deverão inscrever-se — a folha vai correr o plenário. São facultadas a réplica e a tréplica.

Passo a palavra inicialmente ao ex-Senador Flávio Arns, representante do CONSED.

O SR. FLÁVIO ARNS - Agradeço ao Presidente da Comissão Especial, Deputado Gastão Vieira.

Quero cumprimentar as expositoras, Profa. Cleusa e Profa. Cláudia, os Deputados e as Deputadas, todas as pessoas que estão aqui reunidas para acompanhar esta audiência pública sobre a área da pessoa com deficiência e dizer da minha satisfação em estar aqui podendo contribuir, de alguma maneira, para o debate que está acontecendo no Brasil.

Represento aqui, como já foi dito, o CONSED, o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. E como Secretário da Educação do Estado do Paraná, é uma alegria estar representando esse colegiado.

Em primeiro lugar, quero dizer que a área da pessoa com deficiência é muito extensa e também muito variável. Dez ou quinze por cento da população apresenta algum tipo de deficiência, podendo essa deficiência estar enquadrada num conjunto de áreas, como na área da deficiência física, motora, intelectual, visual, auditiva; autismo; deficiência múltipla, de desenvolvimento; uma excepcionalidade na área de talentos especiais, de superdotação; surdez, cegueira, enfim, um conjunto de áreas. E sempre lembrando que, mesmo dentro de uma área de deficiência, a variabilidade ainda continua. Mesmo que duas pessoas tenham deficiência auditiva, com perda auditiva leve ou moderada, ou severa, ou profunda, essas duas pessoas não poderão ser comparadas entre si, porque cada uma traz uma história de desenvolvimento diferente.

Contudo, é fundamental que se diga que nós precisamos, em relação a essas pessoas, ter um conjunto de políticas públicas que lhes permitam desenvolver a cidadania, desde à concepção até quando isso for necessário na vida. Eu falo desde à concepção porque o direito à vida, como expresso em documentos nacionais e internacionais, começa na própria concepção. Então, direito à saúde, ao esporte, à



cultura e a todos os demais direitos, para que a política pública possa se consolidar para a construção de cidadania. E, ao mesmo tempo, direito à educação, que deve ser assegurado a essas pessoas, de 0 ano de idade até quando for necessário na vida. Essa é uma diferença bastante significativa em relação ao direito à educação obrigatória que acontece para pessoas com deficiência.

Quando se discute a educação obrigatória para as pessoas na faixa etária de 4 a 17 anos, nós observamos, em relação à pessoa com deficiência, que essa educação pode e deve começar antes e muitas vezes, dependendo do caso, continuar até muitos anos depois, no decorrer da vida.

O CONSED, como primeiro item, quer dizer que o direito à educação deve ser assegurado, sem dúvida alguma, de 0 ano de idade até quando isso for necessário na vida.

Uma outra questão que se refere à educação dessas pessoas diz respeito — e aí existe um grande debate pelo Brasil — às formas de atendimento. A opinião do CONSED é no sentido de dizer que o texto constitucional deve ser mantido, ou seja, que o Plano Nacional de Educação reflita o texto constitucional que diz que, preferencialmente, a educação para a pessoa com deficiência deve acontecer na escola comum, não exclusivamente se retirando a palavra “preferencialmente”. Então, deve-se manter a palavra “preferencialmente” e o Plano Nacional de Educação refletir o que a nossa Constituição diz em termos do local, da forma de atendimento.

Essa é uma diferença essencial e fundamental, porque outras alternativas de atendimento, dependendo das necessidades da pessoa com deficiência, podem e devem ser organizadas de acordo com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação.

Nesse sentido, a escola comum, a classe comum é uma alternativa preferencial, onde a grande maioria das pessoas estará matriculada, sem dúvida alguma.

Contudo, se observarmos o censo do IBGE, nós vamos ver que, somente para a população de 4 a 17 anos, a estimativa é que haja 3,5 milhões de pessoas nessa faixa etária. Ao mesmo tempo, observamos também que somente 681 mil pessoas estão levantadas no censo escolar. É, portanto, um desafio extraordinário



para a sociedade paranaense e de todos os Estados brasileiros transformar este número de 681 mil em 3,5 milhões. Existe uma diferença significativa em termos de números a serem alcançados.

Ao mesmo tempo, vamos observar que dentro dessas áreas as peculiaridades precisam e devem ser atendidas.

Por exemplo, na área da surdez, o Plano Nacional precisa ser claro no sentido de atender as peculiaridades dessa área em termos de ensino bilíngue, da presença ou da participação do tradutor de LIBRAS, do atendimento à família, em termos também da participação da criança e do jovem na escola especial ou na escola comum.

Na área visual, a mesma coisa. Discutir e atender bem essa particularidade, deixar claro no Plano Nacional de Educação esse envolvimento da pessoa com deficiência visual.

Também na área física e na área da paralisia cerebral, bem como nas demais áreas, colocar de maneira clara o envolvimento e a necessidade da tecnologia, da informática e de outros mecanismos para o atendimento dessa pessoa.

Menção a pessoas com talentos especiais, com altas habilidades ou superdotadas. Não há, no Plano, qualquer menção a essa parcela da população.

E incluir a pessoa com deficiência em todos aspectos da diversidade. Quando se fala na população quilombola, na população dos assentados ou na população indígena, que se inclua a pessoa com deficiência em todos os artigos relacionados a esta questão da diversidade.

Ao mesmo tempo, o CONSED traz explícito o aspecto de que a educação da pessoa com deficiência não acontece unicamente na mesma faixa etária da pessoa sem deficiência. Há necessidade de ênfase para a educação infantil na faixa etária de 0 a 3 anos e há também grande necessidade de se colocar, de maneira clara, na política educacional, o atendimento da pessoa deficiente na faixa etária que ultrapassa a idade de 17 anos, quer dizer, o jovem, o adulto na sua caminhada pela vida.

Então, temos muita necessidade particularmente de atender a população que tem deficiência intelectual, deficiências múltiplas que dependem do apoio de uma política pública bem estruturada do ponto de vista educacional.



Dentro da área do atendimento na escola comum, uma ênfase bastante grande, no debate que aconteceu, relacionada à importância de se ter acessibilidade, formação de professores na escola comum, equipamentos, materiais e um orçamento importante.

Acredita-se que, dentro das estimativas, a população, as pessoas com deficiência que participem da escola comum, da classe comum, chegue a um percentual de 70% a 80% da população. Então, nesse sentido, particularmente na educação infantil e na educação para o mundo do trabalho, outras iniciativas são bastante importantes. Então, há ênfase para que isso seja explicitado no Plano Nacional de Educação.

No fundo, o que se deseja deixar de maneira clara dentro do debate, que também deve ser aprofundado ainda dentro do próprio Conselho, é a importância de se escutar as famílias e de se escutar as pessoas com deficiência na elaboração de políticas públicas que lhes digam respeito, quer dizer, os maiores especialistas na área da pessoa com deficiência são a família e a própria pessoa com deficiência. Então, que a própria pessoa com deficiência participe de todos os aspectos que lhe digam respeito, que tenha chance de participação nesse envolvimento, seja em que área for: nada sobre a área da surdez sem o surdo; nada sobre a área da cegueira sem o cego; nada na área da deficiência intelectual sem os pais e sem as pessoas com deficiência. E em todas as áreas, do mesmo jeito.

Então, no fundo, o grande debate que se coloca é a valorização do trabalho, do esforço das pessoas com deficiência, das famílias no decorrer da história, e esse esforço tem que ser respeitado, de acordo com o CONSED. Respeitado significa que as suas opiniões sejam de fato levadas em conta, de acordo com o que possa ser feito em benefício das pessoas, dos filhos e das famílias.

Nesse sentido, é necessária toda a participação, toda a possibilidade, todo o esforço para que a inclusão na classe comum aconteça com apoio, com formação, com tecnologia, com acessibilidade, mas sabendo ao mesmo tempo que para um percentual grande da sociedade, em torno de 20% a 30%, isso não vai ser suficiente.

Quando discutimos duas pessoas, pessoas com deficiência intelectual, por exemplo, com 15 anos de idade, pessoas que às vezes estão com 15 anos



aprendendo a lavar a mão, a lavar o rosto, a ter hábitos de higiene, quer dizer, essa pessoa precisa de uma educação diferente daquele jovem que está na classe comum aprendendo física, biologia, química ou outras disciplinas.

Então, é preciso deixar muito claro no Plano Nacional de Educação que as particularidades, as necessidades específicas de cada pessoa devem ser atendidas ou dentro da classe comum ou fora da classe comum, conforme o que estabelece a Constituição, que prevê “preferencialmente” na classe comum, e não “exclusivamente” na classe comum.

Essa é uma diferenciação que o CONSED deixa de maneira bastante clara no debate: valorizar a trajetória dos movimentos sociais, trabalhar junto com as pessoas, junto com as famílias, e nesse esforço conjunto achar as alternativas que mais viabilizem a independência, a felicidade, a integração na sociedade e o desenvolvimento do potencial da pessoa com deficiência.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Secretário Flávio Arns.

Antes de passarmos a palavra para o segundo expositor, Dra. Cláudia Dutra, que está aqui ao meu lado, gostaria de fazer uma referência, para nós muito honrosa, da presença dos estudantes de ensino médio do Distrito Federal que participam do Projeto Onda Jovem. *(Palmas.)*

Quero também registrar a presença dos deficientes visuais da Biblioteca Braille de Taguatinga. *(Palmas.)* Quero mandar um abraço para a Neuma, a Noemi, o Nivaldo, o Francisco, o Valdeci, todos acompanhados da Profa. Ana Denise.

Em terceiro lugar, quero registrar, de uma forma muito especial, a presença dos membros do Conselho Nacional da Juventude, acompanhados da Keila Chaves, ambos do CAMPE — Centro de Apoio à Mães de Portadores de Deficiência, de Fortaleza. *(Palmas.)*

Quero aqui, olhando para o Davi — sei que estou falando em nome dos Deputados Artur Bruno, Chico Lopes, José Linhares e de todos os que estiveram conosco na audiência pública em Fortaleza, que foi a primeira do plano —, dizer que vocês incluíram no nosso debate, que hoje prossegue, um tema que estava passando um pouco despercebido pelos membros da Comissão, por esta



Presidência e pelo Relator. Portanto, eu os recebo em nome de todos. Peço desculpas por esse pequeno entrevero, uma bobagem. A Casa, tenho certeza, tomará as devidas providências para que isso não mais ocorra. Aqui está o Davi. (*Palmas.*) O Davi vai entregar as emendas. É isso, Davi? (*Pausa.*)

O movimento lá é tão organizado, que há até uma misse — não é, Deputado Artur? Fez um belíssimo discurso naquele dia.

Bom, acabo de receber das mãos do Davi as emendas que eles passam para o Sr. Relator e que serão disponibilizadas no *site* da Comissão para conhecimento público.

Deputada Rosinha da Adefal, é um prazer vê-la aqui conosco. Sinta-se sempre presente e venha quantas vezes puder para os trabalhos da nossa Comissão do PNE.

Passamos a palavra para a Dra. Cláudia Dutra, que, repito, é a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

A SRA. CLÁUDIA DUTRA - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os integrantes da Mesa e agradecer o convite.

Em primeiro lugar, destaco a importância deste debate, a importância de vivenciarmos mais um momento histórico, fruto da mobilização social, que são os planos nacionais de educação.

Esta proposta de projeto de lei hoje presente e em discussão é fruto de amplo debate ocorrido nas conferências nacionais de educação — Conferência Nacional de Educação Básica, Conferência Nacional de Educação, em 2010. Portanto, todos aqui presentes sabem o quanto temos discutido a temática da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva, uma temática cada vez mais presente no cenário educacional brasileiro.

Faço essa ressalva porque por muito tempo pensamos que discutíamos a educação especial em determinados espaços, que essa discussão estava restrita a um grupo específico de pessoas, de profissionais, e hoje a educação especial está presente no debate da educação nacional.

Isso é positivo, porque envolve a elaboração de novas diretrizes, a formulação de estratégias pedagógicas, a ampliação dos programas de formação e a



transformação das escolas, para que a educação do público-alvo da educação especial aconteça e seja efetiva.

Esse plano tem alguns aspectos que devem ser ressaltados inicialmente, dentre eles o fato de destacarmos, no art. 8º, § 2º, que na elaboração dos planos municipais e estaduais de educação, bem como na adequação dos planos já existentes, eles estejam em consonância com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação e que sejam adotadas medidas de apoio específicas para o atendimento do público-alvo da educação especial.

Importa destacar também que o plano adotou uma estratégia central no que diz respeito, na meta nº 4, à etapa obrigatória da educação básica, à faixa etária obrigatória. Mas a meta nº 1, da educação infantil, apresenta como uma de suas estratégias para a universalização do acesso à pré-escola, bem como para o cumprimento da meta de acesso à creche o atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes que constituem o público-alvo da educação especial, quais sejam as pessoas com deficiência, as pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e as pessoas com altas habilidades e superdotação já expressos na meta nº 1.

Com relação à meta nº 4, ela apresenta a universalização do atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial: pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação na rede regular de ensino, na faixa etária de 4 a 17 anos.

O conjunto de estratégias que essa meta traz para o presente plano é de fundamental importância e está embasada em alguns pressupostos.

O primeiro deles, e fundamental, é que esse plano é consonante com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pela ONU, em 2006, e ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949, de 2009. Esse decreto incorporou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência à Constituição brasileira.

Esse plano efetiva, traz como proposta para a organização dos sistemas de ensino o que dispõe a Convenção. E a Convenção adota o paradigma da inclusão plena. Quando a Convenção adota o paradigma da inclusão plena, não descarta o atendimento especializado. Esse é o princípio da Convenção.



Mas é importante ressaltar que a Convenção faz uma releitura da definição de deficiência, e estabelece expressamente que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência é resultante da interação entre a pessoa com a deficiência e as barreiras presentes nos ambientes e nas atitudes.

Portanto, a Convenção aponta a necessidade de uma organização para a eliminação das barreiras externas. Dessa forma, os sistemas de ensino são chamados a se organizar sob a forma de um sistema educacional inclusivo.

No art. 24, no Capítulo da Educação, a Convenção estabelece que, reconhecendo o direito à educação, os Estados-Partes devem se organizar para assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

E, para assegurar esse sistema educacional inclusivo em todos os níveis, é apontada, com fundamental ênfase e importância, nesse documento, a necessidade de adoção de medidas de apoio necessárias para a efetiva inclusão plena.

Com base nesses princípios fundamentais da Convenção, entende-se que o plano está totalmente coerente e consonante com a nossa Constituição, que não apenas em 2008 estabelecia a educação como um direito de todos, com a oferta do atendimento educacional especializado, como, em 2009, ratificou a Convenção com o *status* de emenda constitucional.

Portanto, nós adotamos no País o paradigma da inclusão e apontamos para a organização no sistema educacional inclusivo.

Nesse sentido, é importante que nós sigamos para o segundo aspecto apontado por esses documentos, que é fundamental para orientação do Plano Nacional de Educação: o percurso, a trajetória já construída pelo nosso País, para a adoção de um sistema educacional inclusivo. Ou seja, o conjunto de medidas adotadas que levaram o nosso País, então, de fato, a constituir condições para a acessibilidade das pessoas com deficiência e para o público-alvo da educação especial.

Podemos destacar, nesse sentido, que, após a Convenção em 2006, o Brasil tem importante documento discutido que define a educação especial como o conjunto de atividades de apoio, recursos para a perspectiva da escolarização do público-alvo da educação especial.



Destaca-se, então, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, com forte ênfase na organização dos sistemas de ensino, na formação dos professores e na gestão dos sistemas de ensino.

No entanto, para que essas transformações aconteçam, fez-se necessário que discutíssemos amplamente no Brasil a política de financiamento adotado, porque inclusão, como princípio educacional, requer a compreensão de uma política educacional fundamentada nos princípios dos direitos humanos e que seja efetivada plenamente, ou seja, que historicamente seja contextualizada.

No momento em que se busca a efetivação de uma política de direitos humanos, é preciso que ela aconteça na prática. Assim, nesse momento, foi preciso discutir as reais condições que o Sistema Educacional Brasileiro ofertava para o que nós já vínhamos, desde 1990, apontando como diretrizes nacionais. Era preciso, então, que efetivamente as condições concretas estivessem determinadas, ou seja, se apontávamos para um sistema educacional inclusivo, de pleno acesso a todos, com as condições necessárias para que a educação aconteça e com qualidade, era preciso que adotássemos uma política de financiamento condizente com a política para a qual estávamos apontando.

Nesse sentido, no âmbito da discussão do FUNDEB, quando tínhamos anteriormente o FUNDEF, que tinha uma diferenciação de 1,5, ou seja, os 5% de diferencial para os estudantes público-alvo da educação especial, essa nossa política de financiamento, concretamente não apontava condições para uma efetiva organização dos sistemas de ensino. Esse foi um momento importante, porque foi quando definimos uma reorientação no sentido da promoção e organização em todos os territórios, em todos os Municípios brasileiros, em todas as escolas públicas, criando condições para que se iniciasse uma política mais efetiva em busca do acesso e da permanência, colocado expressamente na Convenção em 2006.

Era preciso uma diferenciação mais ampla, que proporcionasse aos sistemas de ensino garantir os recursos, o apoio necessário, às adequações arquitetônicas necessárias no âmbito da acessibilidade física, da acessibilidade pedagógica e das informações e comunicações e também nos transportes. Um sistema de ensino que, conforme balanço desta última década, no ano de 2000, encontrava-se bastante



precário para falarmos de uma política de educação inclusiva, com acessibilidade em apenas 2,6% das escolas públicas. Tínhamos apenas 13 mil escolas públicas com matrículas de alunos público-alvo da educação especial no ano de 2000, ou seja, praticamente não tínhamos acessibilidade, poucos professores com formação específica, quase nenhum investimento em termos de tecnologias assistivas presentes no contexto escolar.

Portanto, naquela época, parecia muito distante falar de transformação e de revolução no sistema educacional. Não tínhamos uma política de educação bilíngue no País, não tínhamos a regulamentação da Lei de LIBRAS. Pouco tínhamos em organização para uma efetiva educação de qualidade para todos. Entretanto, a busca da educação de qualidade para todos, o princípio da educação inclusiva já estava presente na nossa elaboração.

E, no intuito de buscar efetivar esses princípios, então, em 2008, destaca-se o Decreto nº 6.571, que reorienta a política de financiamento e faz uma reorganização no sentido de que a União, juntamente com os demais entes federados, viabilize uma política de inclusão, apoie os sistemas de ensino e organize, porque principalmente um sistema de educação inclusiva é aquele que adota uma postura inclusiva.

Dessa forma, nós conquistamos, no campo da educação especial, na perspectiva da inclusão social e educacional, o duplo FUNDEB. O duplo FUNDEB foi o momento em que nós conquistamos a oferta do atendimento educacional especializado para os estudantes público-alvo da educação especial, que poderiam, sim, ser matriculados na rede regular de ensino, nas classes comuns do ensino regular e terem a oferta do atendimento educacional especializado subsidiado no âmbito do FUNDEB. E os alunos público-alvo da educação especial têm, então, a dupla matrícula contabilizada, uma para o acesso ao ensino regular. O FUNDEB, então, é contabilizado em dobro para os estudantes público-alvo da educação especial.

Dessa forma, aponta-se para uma reestruturação do sistema de ensino, para a possibilidade das escolas públicas do sistema de ensino readequarem os seus prédios escolares, equiparem-se, organizarem suas salas de recursos multifuncionais, proporcionarem práticas de formação no contexto das escolas.



Também a rede nacional de formação de professores é instituída, e passamos a ofertar mais de 10 mil vagas anuais de formação de professores no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. Projetos de pesquisa no âmbito do PROESP são desenvolvidos, e há um fomento ao desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo.

Então, a nossa leitura da década passa a ser diferente. O movimento de organização, a ideia do processo, a contínua busca de uma efetiva inclusão passa a acontecer no País. Esse é um resgate importante daquilo que nos une em torno de um movimento em prol da educação inclusiva, em prol de uma escola que possibilite o acesso de todos.

A Convenção fala de acesso e permanência. Acesso significa nós afirmarmos que nenhuma escola vai negar a matrícula de criança alguma em razão de deficiência. E permanência significa o Estado e o sistema de ensino assumirem as condições de apoio necessárias, individuais, as adequações no contexto da escola comum do ensino regular.

Destaca-se que a Resolução nº 4, de 2009, estabeleceu diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado, até então não estabelecidas no âmbito do Conselho Nacional de Educação. Essas diretrizes apontam que o espaço preferencial para o atendimento educacional especializado é na sala de recursos multifuncionais. Fruto de um programa de amplo apoio à implantação de sala de recursos, já são 24 mil as salas de recursos destinadas ao sistema público de ensino.

E, com 24 mil salas de recursos multifuncionais, nós temos hoje mais de 83% dos Municípios brasileiros com sala de recursos multifuncionais em escolas. Também podemos hoje contabilizar que 42% das escolas públicas já dispõem das salas de recursos multifuncionais quando possuem matrícula de alunos público-alvo da educação especial.

Dessa forma, o plano, então, se embasa, por um lado, na Constituição e na Convenção da ONU, e, por outro lado, numa trajetória de efetivo trabalho em prol da organização dos sistemas de ensino e as diferentes especificidades sendo tratadas no sentido da busca da ampliação do acesso. Nessa década, ela é importante para



entendermos o real momento que vivemos e por que é importante fortalecer, expandir a política de inclusão escolar.

Nesse período, a partir da regulamentação do Decreto nº 5.626, que regulamentou a Lei de LIBRAS, nós então definimos que o sistema de ensino deveria implementar uma política de educação bilíngue. E, para que essa política de educação bilíngue se efetivasse, fez-se necessário dar respostas efetivas para a sociedade, para os estudantes e para as comunidades que necessitavam, então, de apoio para a sua organização.

Nesse sentido, nós iniciamos processos fundamentais para o que vivemos hoje. Instituímos e apoiamos a implantação dos cursos de Letras/LIBRAS. São 18 instituições públicas que ofertam o curso de Letras — Licenciatura/LIBRAS. Ou seja, esta era uma medida fundamental para se falar em educação bilíngue: professores de LIBRAS.

E, para formar professores de LIBRAS foi necessário, então, a implantação dos cursos, a expansão dos cursos. Hoje já temos 450 alunos formados nos cursos de Letras/LIBRAS e 900 estudantes estão cursando os cursos de Letras/LIBRAS. Essa foi uma medida fundamental para que essa política se efetivasse.

Vejam que nós não tínhamos, até 2005, nenhum curso que formasse em Letras com habilitação LIBRAS. Também, fruto dessa política, criamos o primeiro curso, na rede pública federal, de Pedagogia bilíngue, em LIBRAS e língua portuguesa.

Entre outras medidas necessárias e importantes para aqueles alunos que já se encontravam na rede pública sem o fortalecimento das condições necessárias para a sua permanência, fizemos um amplo processo de organização de materiais didáticos necessários, com a promoção dos primeiros livros de alfabetização em língua portuguesa e LIBRAS, também livros de literatura e a disseminação dos dicionários trilíngues, LIBRAS/Português/Inglês, em todas as escolas públicas com matrículas de estudantes com surdez.

O início dessas políticas já fez com que rapidamente se expandisse significativamente a matrícula de estudantes com surdez nas redes públicas de ensino. E, dessa forma, foi-se expandindo uma política de acesso e condições de permanência. Também no sentido de que essa política se efetivasse, enquanto não



se formavam os professores em Letras/LIBRAS, iniciou-se no País, em 2006, um processo de certificação de profissionais tradutores/intérpretes de LIBRAS e também de certificação de profissionais fluentes em LIBRAS para o ensino de LIBRAS.

A partir dessa política, então, realizamos o Pró-LIBRAS, o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS. De 2006 a 2009, foram realizados esses exames, sob a coordenação da Universidade Federal de Santa Catarina. E, neste ano, o exame passa a ser realizado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos — INES.

Então, essas são algumas políticas fundamentais e necessárias para falarmos de inclusão, de acesso, de permanência e de implantação de uma política de educação bilíngue no País.

É necessário destacar que alguns avanços já são reconhecidos nessa área. A Lei de LIBRAS estabeleceu que todos os cursos de formação de professores deveriam ter disciplinas ou componentes curriculares em LIBRAS e também os cursos de Fonoaudiologia.

Hoje, os resultados apontados pelo INEP informam que 76% dos cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos já ofertam a disciplina de LIBRAS, ou seja, incluíram os componentes curriculares de LIBRAS em seus currículos.

Portanto, nós alcançamos o que estava estabelecido no Decreto nº 5.626, que era 60% até 2010. Alcançamos e ultrapassamos.

Há, então, de se valorizar a importância da organização de todos que lutaram por uma política de educação inclusiva e por uma implementação de uma política de educação bilíngue no País, que já começa a ter condições efetivas para a sua realização.

Nesse sentido, nós temos... E eu gostaria de mostrar, se puder abrir e se tiver tempo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O tempo está esgotado, mas...

A SRA. CLÁUDIA DUTRA - O tempo está esgotado. Então, vou apenas apresentar esses dados brevemente.

(Segue-se exibição de imagens.)



Primeiro, o gráfico de matrículas. É importante destacar, como estávamos fazendo, os avanços.

Este gráfico de matrículas aponta 700 mil matrículas, sendo 484 mil em classes comuns do ensino regular e 18 mil em classes especiais. Vemos aí a movimentação nesse período de organização de expansão do acesso permanência. No início desta década, o número de matrícula no ensino regular era em torno de 43 mil, agora estamos caminhando para mais de 484 mil matrículas. Temos, portanto, 69% de inclusão em classes comuns do ensino regular.

Concluindo esta exposição inicial, quero dizer que temos uma ampla tarefa com esse novo Plano Nacional de Educação: a de expandir, fortalecer, fazer crescer e melhorar as condições efetivas para que a inclusão escolar aconteça no País.

Em 2000, tínhamos 13 mil escolas com matrícula de alunos público-alvo de educação especial; hoje, temos 84 mil escolas da rede pública de ensino, escolas comuns de ensino regular com esse tipo de matrícula.

É importante lembrar nesse Plano, que aponta políticas de formação, de acessibilidade, de oferta e garantia da educação bilíngue, de recursos de tecnologias assistivas, que levam à implantação de salas de recursos multifuncionais, bem como a adequações arquitetônicas, entre outras políticas, como a de formação de professores, que essas ações devem ser por ele fortalecidas, para que, de fato, enfrentemos o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos.

Obrigada. (*Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Sra. Cláudia. Gostaria, se possível, que a senhora disponibilizasse esses dados para que eu possa colocar à disposição de todos.

Antes de passar a palavra para a última expositora, quero comunicar ao Plenário que contamos hoje com a presença de 35 Deputados, sendo 26 titulares desta Comissão, o que demonstra o interesse crescente de todos pelo Plano Nacional de Educação.

E esse plano tem um componente muito importante: a nossa capacidade individual de nos somar e vencer essas dificuldades aparentemente difíceis de serem vencidas na educação brasileira. E hoje tivemos um exemplo aqui.



Quero agradecer às Sras. Patrícia e Nádia (*palmas*), que estão nos ajudando a superar uma aparente dificuldade inicial e que, com esse gesto, estão nos mostrando que, quando se quer, é possível superar e que se deve fazer o que se deve, não o que se pode. Muito obrigado às duas.

Indago à Secretaria da Mesa se a lista para inscrições do debate já foi passada e comunico ao Deputado Eduardo que, no fim da exposição da Profa. Cleusa, passarei a Presidência para S.Exa., como autor do requerimento, para que S.Exa. e a Deputada Dorinha comandem o debate que vai se suceder.

É uma homenagem que a Presidência faz a V.Exas. pela iniciativa desta bela audiência que nós estamos tendo.

Profa. Cleusa, a senhora tem a palavra.

A SRA. CLEUSA RODRIGUES REPULHO - Em primeiro lugar, boa tarde.

Gostaria de agradecer mais uma vez à Comissão a oportunidade de a UNDIME estar aqui — e eu não estou sozinha, esses jovens que fizeram parte no início, quando o Deputado Gastão Vieira pediu que o Davi se aproximasse, também fazem parte da campanha da UNDIME e de mais 198 entidades, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Então, para nós é um prazer representar um grupo de pessoas com interesses diversos, com concepções, às vezes, diferentes das nossas, porém, que têm uma questão muito importante em comum: o direito à educação de qualidade para todos e para cada um.

Acho que é fundamental esse respeito que as entidades têm dentro da campanha. Em vários momentos temos caminhos diferentes, e, por isso, trabalhamos de forma democrática. Quando não há consenso entre uma e outra entidade, não falamos pela campanha, falamos cada um pela sua entidade.

Por que estou dizendo isso? Porque é importante destacar essa questão da consciência da política democrática da educação inclusiva, até trouxemos uma faixa em que colocamos que é importante podermos discutir. (*Palmas.*)

E isso só é possível na democracia, senão, não seria possível estarmos todos aqui pensando de maneiras diferentes e podendo expressar esse pensamento, seja com cartazes, com folhas, enfim, com uma série de coisas. Acho que isso é democracia. Isso representa um momento em que estamos vivendo. Sei que não é



fácil, Deputado, para V.Exas., com interesses tão distintos, conseguir aglutinar num consenso para que tenhamos a educação que todos nós esperamos.

Então, entendo perfeitamente as demonstrações a favor e contra, mas quero destacar uma questão que não posso deixar passar. A Martinha, uma das pessoas que foram citadas, é deficiente visual, então, por favor, tragam também em braile o protesto que fazem, para que ela possa ter acesso. (*Palmas prolongadas. Apupos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Calma! Vamos assegurar a palavra à Dra. Cleusa.

A SRA. CLEUSA RODRIGUES REPULHO - Fazer polêmica faz parte do processo educativo. Até brinquei com o Deputado dizendo que quase assinei a lista de presença porque toda semana estou aqui, nos diferentes contextos.

Então, vamos lá. Quanto à posição da Campanha, reitero que o CONSED também abordou, por intermédio, do Secretário de Educação do Paraná, a questão da importância de todos e de cada um.

Na Meta 4, quando a Cláudia apresenta a questão dos estudantes com deficiência, a campanha tem algumas ressalvas em relação a isso e eu gostaria de ressaltá-las.

Primeiro, é preciso considerar para o custo/aluno não só a duplicidade das matrículas, mas, principalmente, o custo real do financiamento que cada deficiência, em cada um dos sistemas, necessita para dar ao aluno condições de aprendizagem.

Entendemos que o principal papel da escola é produzir conhecimento e, para tanto, precisamos garantir os recursos necessários para que os alunos adquiram conhecimento e progridam, em se tratando de educação.

Consta da pauta do UNICEF, este ano prioritariamente, quais são as crianças, jovens e adultos que estão fora da escola. Quem são essas crianças? Hoje, o desafio, além da qualidade, é incluir todos e todas no processo de educação. Quem está fora das escolas? Os quilombolas, crianças com alta vulnerabilidade e crianças com deficiência.

Parte do percentual que alguns chamam de residual, mas que não é tão residual assim, pois estamos falando de quase 650 mil crianças fora das escolas, é constituída de crianças com deficiência. Portanto, é importante que atentemos para essas questões.



A campanha propõe que o custo real seja para o atendimento a estudantes da educação regular, da rede pública, que recebem atendimento educacional especializado complementar. É muito importante que levemos em consideração esse atendimento. Não basta incluir para socializar. O importante é incluir as crianças visando à aprendizagem, levando em conta que algumas crianças, jovens e adultos precisam passar por uma etapa anterior para que a inclusão seja efetiva, o que só se alcança com atendimento.

É preciso promover o fomento às salas de recursos, e a formação dos professores precisa ser articulada com os sistemas, para, de fato, promovermos a educação. Além disso, é preciso, principalmente, ampliar o atendimento educacional especializado.

Aproveito a ocasião para destacar que, além da adequação arquitetônica, em relação à oferta de transporte, muitas crianças, jovens e adultos precisam apenas de um prédio com acesso universal para terem garantido o direito à educação, bem como a oferta de educação bilíngue em língua portuguesa e em LIBRAS, a Língua Brasileira de Sinais. Na Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pedimos que seja assegurado esse direito às crianças.

Também queremos que seja garantido o direito às famílias das crianças com deficiência de terem acesso à língua brasileira de sinais para, já em casa, as crianças serem incluídas no seu espaço.

Outra proposta para a educação inclusiva vem, principalmente, do texto no qual não propomos fomentar, mas, prioritariamente, expandir a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado. Para isso, a política de sala de recursos é fundamental.

Depois, é preciso fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, por parte dos beneficiários da prestação de benefícios continuada, grupo hoje fora da escola. Ele é beneficiado com a prestação de serviços, mas não tem acesso às matrículas.

Eu gostaria de lembrar o que manifestamos em todas as falas da campanha e que diz respeito à visualização e ao entendimento por parte dos Parlamentares quanto às decisões encaminhadas à CONAE. Houve um esforço enorme para que todos participassem desse processo. Que as deliberações encaminhadas à CONAE



sejam levadas em consideração nas emendas propostas, ou seja, em todo o trabalho. Não é diferente em relação às pessoas com deficiência.

Nós trouxemos todas as emendas e considerações feitas na CONAE e vamos deixá-las junto com as emendas apresentadas na campanha e que todos os senhores e senhoras receberam, por parte dos alunos que dela participaram. Isso é muito importante para, de fato, democratizarmos, de fato, esse acesso.

Na audiência anterior — a do financiamento —, dissemos que sem recurso não é possível, assim como a educação bilíngue não é possível se nós não tivermos professores formados. E, aí, falo lá da ponta, de quem está na prática: abre-se concurso para professor bilíngue e não se consegue preencher todas as vagas.

Então, é fundamental que incentivemos a formação de professores, mas também de professores bilíngues, para darmos acesso, de fato, aos alunos com deficiência.

Por último, Deputado, para ganhar depois o prêmio de quem economiza o tempo aqui e para que seja possível dar voz e poder fazer a discussão, eu queria registrar o *site* do *PNE pra Valer*, que é *pnepravaler.org.br*. Lá estão todas as emendas, todos os comentários, todas as questões que a campanha vem defendendo para garantir — reitero e repito — uma educação de qualidade para todos e para cada um, respeitando a diversidade, respeitando as diferenças e, sobretudo, garantindo democracia nos espaços públicos de discussão.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Dra. Cleusa.

Com a sua exposição, encerramos a parte dos expositores. Vamos passar agora para uma parte extremamente importante, que é a parte do debate entre os Deputados e os expositores.

Nós temos aqui uma lista de inscrição na seguinte ordem: Deputado Paulo Rubem Santiago, Deputado Otavio Leite, Deputado Paulo Pimenta, Deputado Dr. Ubiali, Deputado Artur Bruno, Deputado Lelo Coimbra, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Joaquim Beltrão, Deputado José Linhares, Deputada Rosinha da Adefal, Deputada Luci Choinacki, Deputado Paulo Freire. Essa é a ordem de inscrição.



Eu convido, seguindo a praxe que costumo adotar, o Deputado Eduardo Barbosa para presidir a audiência a partir de agora e conduzir os debates. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Barbosa) - Boa tarde a todos os presentes.

Eu quero também cumprimentar, mais uma vez, em nome de todos os Deputados da Comissão, os nossos expositores, que aceitaram de pronto o convite para estarem aqui nesta primeira audiência pública da Comissão Especial no que se refere à educação especial.

Temos a proposição de fazer com que este debate prossiga e achamos por bem iniciar com a fala dos gestores federais, estaduais e municipais, porque são eles de fato que têm a responsabilidade de colocar em prática o atendimento educacional.

Em relação às pessoas com deficiência, nós sabemos que temos um grande desafio, porque a universalização da educação básica para a pessoa com deficiência é ainda uma coisa distante, ou seja, temos muito o que caminhar para conseguir esse acesso e o possível percurso das pessoas com deficiência dentro daquele sistema de ensino que já é garantido para a grande maioria dos brasileiros.

Nós sabemos também que há pontos divergentes em relação ao que se propõe de atendimento educacional à pessoa com deficiência. Cabe justamente ao Congresso Nacional, por meio da Comissão Especial, tentar ouvir, o máximo possível, pessoas que vivem a situação de deficiência e que nos apresentem os impedimentos e os empecilhos que têm para poder receber uma educação de qualidade.

Neste primeiro momento, com a exposição dos nossos convidados, ficou evidente que o avanço tem de ser alcançado. Estamos muito aquém daquilo que desejamos para esse segmento da população. No entanto, resta uma dúvida sobre como fazê-lo adequadamente, se com a proposta estabelecida pelo próprio Ministério da Educação, que vê a possibilidade da educação inclusiva como a única alternativa para esse atendimento, ou se de fato precisamos criar possibilidades diversas no sentido de entender e atender a diversidade de todas as pessoas e as suas próprias necessidades.



Então, vou passar à lista de oradores, mas, desde já, lanço uma primeira pergunta, que depois poderá ser respondida com as perguntas dos demais Deputados.

Como os três gestores percebem, a conceituação de atendimento educacional especializado, definida por uma política nacional, por diretrizes, por resolução e por decreto, muitas vezes, contraria o pensamento de muitos. Quando elaborada a Constituição brasileira, muitos da Academia e pesquisadores da área entenderam que o atendimento educacional especializado é muito mais amplo do que de fato a possibilidade de oferecer a sala recurso contraturno. Isso geralmente é o cerne da questão. Quando queremos reduzir a questão do atendimento educacional especializado à questão do atendimento contraturno em sala multifuncional complementar, estamos reduzindo possibilidades de outras formas de atendimento. Talvez esta Comissão tenha que analisar profundamente essa questão e também todas e quaisquer propostas que chegam até nós.

Então, começando, com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, parabenizar os Deputados Eduardo Barbosa, Professora Dorinha Seabra Rezende e Otavio Leite por terem trazido o tema da educação inclusive à discussão da Comissão Especial encarregada do Plano Nacional de Educação.

A vigência da Constituição Federal de 1988 vai completar 23 anos, e está completando 15 anos a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No entanto, os nossos indicadores de educação inclusiva ainda são extremamente precários.

Portanto, esta audiência é extremamente importante para que possamos fazer as alterações necessárias ao futuro Plano Nacional de Educação.

Em segundo lugar, gostaria de dividir com todos uma publicação recente, editada este mês de maio pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, da Secretaria Especial da Presidência da República, que é o Boletim de Políticas Sociais de nº 19. A consulta a esse boletim é extremamente importante para todos os que defendem uma política de educação inclusiva e uma política de educação de qualidade para toda a população brasileira.



O Capítulo IV nos revela alguns dados, que, em parte, já foram expostos pelo Ministério da Educação e representam uma mudança progressiva na organização do atendimento escolar para estudantes com deficiência. Isso significa um enorme desafio, que teremos ainda de enfrentar, seja nas redes estaduais, seja nas redes municipais, para que possamos atingir as metas de 2011 a 2020.

Nesse sentido, reitero o convite para todos acessarem, na página do IPEA, a publicação Boletim de Políticas Sociais nº 19, sobretudo o seu Capítulo IV, que é todo dedicado à análise dos indicadores da educação.

Mas quero propor aqui três questões. A primeira delas é reiterar a defesa que estamos fazendo de uma mudança estruturante nas metas de financiamento propostas para o Plano Nacional de Educação.

Ao analisarmos a proposição de que, com esse Plano, quer-se atingir o percentual de 7% do PIB, vemos que, na verdade, estamos retroagindo 19 anos, porque essa foi a meta proposta em 2001 pelo Congresso Nacional.

E aqueles argumentos com que outrora tentaram convencer a sociedade de que não havia capacidade fiscal do Estado brasileiro para financiar todas as metas do Plano Nacional de Educação de 2001 a 2010 estão sendo completamente desestruturados em função dos estudos que mostram a progressiva elevação da carga tributária e, por isso, a capacidade real do Estado brasileiro de assumir as metas de acesso, permanência, inclusão, qualidade e valorização dos profissionais da educação.

Mas quero, para concluir, Sr. Presidente, destacar um aspecto essencial, especialmente observando que vamos desenvolver o Plano Nacional de Educação ao mesmo tempo em que estamos discutindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estamos no 21º ano de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente e já aprovamos o Plano Nacional de Juventude e o Plano Nacional de Cultura, que serão políticas transversais e obrigatoriamente também atingirão a nossa população de jovens e adolescentes, pessoas com deficiência, na rede de educação básica.

Gostaria de fazer uma pergunta à nossa Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Do ponto de vista dos Municípios, quais serão as principais transformações que deverão operar na estrutura administrativa para que, na sua esfera de competência na educação infantil e no ensino fundamental, a



política de educação inclusiva para as pessoas com deficiência possa ser desenvolvida de maneira articulada com as demais políticas de atenção à pessoa com deficiência? Presumimos que todos os Municípios devem ter o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, assim como os Estados devem ter o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, e que esses conselhos sejam a expressão maior da representação da população e a mobilização da população para a realização das conferências.

Tenho me dedicado ao trabalho do que se produz, por exemplo, no campo da educação e no campo da educação inclusiva, porque não há sintonia, na maior parte das vezes, entre o que os Estados e os Municípios fazem na sua estrutura específica de políticas públicas para pessoas com deficiência e aquilo que se faz especialmente na rede do SUS, na Saúde e na rede de educação.

Quais são, da parte dos Municípios, as grandes transformações que deverão operar para ajustar a política já desenvolvida à política educacional prevista no Plano Nacional de Educação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Vou fazer bloco de quatro Parlamentares e retorno à Mesa para a resposta. São três blocos de quatro Parlamentares. Nesse primeiro bloco, além do Deputado Paulo Rubem, falarão o Deputado Otavio Leite, que é o próximo, depois o Deputado Paulo Pimenta e depois o Deputado Dr. Ubiali.

Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eminente Presidente, convidados, senhoras e senhores, meus cumprimentos.

Vou procurar ser bem objetivo. O tema realmente é inspirador para o debate.

Começaria lembrando de um episódio havido no Rio de Janeiro no ano passado, quando o Instituto Helena Antipoff, que é o órgão que cuida especificamente das políticas de pessoas com deficiência na educação especial, anunciou aos pais, cerca de 8 mil pais, que a partir do exercício seguinte todos os alunos que estivessem em salas especiais ou em escolas especiais — o Município tem dez unidades específicas para multideficientes, mas tem outras tantas com salas específicas, especiais — deveriam automaticamente matricular-se nas salas regulares. Houve uma reação muito contundente dos pais, e isso provocou uma



série de debates, uma série de, eu diria, cordas esticadas, insatisfações e preocupações, sobretudo das mães, porque aflorou evidentemente uma dúvida, e, para algumas mães, até a certeza de que não iria funcionar, dada a realidade específica do filho. Houve por bem, a tempo e corretamente, a Secretária da Educação acolher um pouco aquele grito, e, numa portaria regulamentadora do que intitularam diretriz do MEC, estabeleceu-se que precisaria haver anuência do pai para que o aluno fosse transferido efetivamente de uma sala especial para uma sala de ensino regular. E assim está posta a situação no Rio de Janeiro. Hoje, pelo ditame legal, pela portaria da Secretaria de Educação, se o pai entender que não é adequado, não se fará a migração automática. Esse é um ponto.

Também tivemos no Rio de Janeiro, recentemente, todos têm ciência, em relação ao Instituto Nacional de Educação de Surdos e ao IBC, uma informação com a mesma diretriz: a partir do ano que vem, todo o mundo vai para o ensino regular. Houve também toda uma manifestação de insatisfação. Aliás, ontem ainda, os pais do Instituto Benjamin Constant foram às ruas mais uma vez por conta de uma certa insegurança quanto à política pública que se adotará em relação a esses institutos.

Esse é um retrato que é preciso ser considerado e compreendido. É evidente que um processo de inclusão é sempre bem-vindo. Não é um fenômeno distante, é recente na história brasileira, e os números revelam que, *pari passu*, vai-se avançando. A nossa preocupação maior, e aí o que eu queria expressar para reflexão das autoridades, é quanto à calibragem, quanto a uma certa camisa de força que se impõe, que tem que ser efetivamente numa unidade da rede pública regular, porque a própria convenção determina, no capítulo da educação, que hoje é norma constitucional, como se disse, que o Estado-parte, que foi, portanto, signatário da convenção, assegurará sistema educacional em todos os níveis. E assegurarão também os Estados, no âmbito da educação geral — leia-se a educação como um todo, todos os institutos —, a possibilidade do apoio direto para facilitar a efetiva educação.

Eu não depreendo, em absoluto, da convenção a rigidez de que o Governo brasileiro, a lei brasileira deva, de forma absolutamente rígida, estabelecer que a inclusão se dará abruptamente, como que a fórceps, de uma hora para outra,



migrando todo o contingente de alunos da rede especial, das salas especiais, para a rede regular.

Então, dei uma sugestão que me parece abarcar todas as possibilidades. O Deputado Eduardo Barbosa, como um dos entendidos da matéria, há pouco falava das possibilidades alternativas, de avançar rumo à inclusão, avançar com responsabilidade, no tempo que a própria dinâmica da sociedade permita, ouvindo permanentemente os pais, ouvindo permanentemente as comunidades. Aqui se falou sobre os surdos. Nada sem os surdos. Se os surdos entendem que o Instituto Nacional dos Surdos tem exercido um papel, vamos aperfeiçoar, vamos trabalhar os surdos mais novos, para que possam ser cada vez mais incluídos. É preciso respeitar essas vontades. (*Palmas.*)

Quero, portanto, passar a sugestão de emendas que propusemos, que na verdade falam da universalização, na meta 4 — e acho que temos que ser mais radicais nisso —, e de zero a 21 anos, porque a questão da terminalidade tem que ser enfrentada. A inclusão pode dar-se na rede regular de ensino, em salas de ensino regular ou em salas especiais ou em escolas especiais específicas para multideficiências ou até em instituições especializadas da sociedade civil e institutos públicos. Por que não oferecer essa gama? Aos poucos avançaríamos, ao sabor da necessidade, da possibilidade real de cada aluno e de cada etapa da compreensão do processo pedagógico.

Finalmente, eminente Secretária, com todo o respeito, eu peguei os números do Orçamento da União de 2009, 2010 e 2011 sobre a execução orçamentária no desenvolvimento da educação especial. Observei que em 2009, de 142 milhões, foram gastos apenas 52 milhões, ou seja, 37%; em 2010, de 157 milhões, foram gastos apenas 54%; em 2011, estamos no meio do ano, de 211 milhões, foram gastos apenas 16 milhões, ou seja, 7%.

No quesito formação de professores para a educação especial, se pegarmos essa mesma cronologia, veremos que em 2009 eram 22 milhões e gastaram apenas 4 milhões, ou seja, 18%; em 2010, eram 20 milhões e gastaram 5 milhões, ou seja, 25%; em 2011, há uma dotação de 38 milhões e gastaram até agora zero real.

São dados que eu queria passar. Queria uma revelação, um debate sobre esse assunto, uma informação mais minuciada. Eles me chamaram a atenção do



ponto de vista da política pública, de dotações orçamentárias que não são executadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, quero saudar V.Exa., Deputado Eduardo Barbosa, o Vice-Governador Flávio Arns, a Profa. Cleusa e a Profa. Cláudia Dutra e destacar a qualidade da discussão e a pertinência do debate.

Temos assistido no último período, Deputado Eduardo Barbosa, a crescente processo de simplificação de debates fundamentais, eu diria quase uma onda conservadora no País. Quando a Câmara discute com o MEC a ideia de uma escola sem homofobia, alguns dizem que é o *kit gay*; quando queremos discutir o conteúdo dos livros didáticos, alguns dizem que é censura; quando queremos discutir a questão da inclusão das pessoas com deficiência, alguns, de maneira simplificadora, não se sabe exatamente com qual objetivo, passam a divulgar a ideia de que as escolas serão fechadas e as pessoas serão obrigadas, do dia para a noite, a deixar a escola onde estudam. Isso cria, evidentemente, através da simplificação, da manipulação, situações a que temos assistido no último período nesta Casa, na imprensa e em todo o País.

Um debate como o que estamos fazendo hoje é importante, em primeiro lugar, para desmistificar, reduzir o nível de manipulação das pessoas, que, muitas vezes, em função da desinformação, acabam produzindo factoides e situações que, com certeza, não ajudam o debate a avançar.

Então, quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa e, especialmente, pela qualidade das exposições apresentadas.

Não tenho dúvida de que estamos vivendo um processo muito intenso de mudanças na área da educação especial e da política de educação inclusiva. Se há 10 anos tínhamos pouco mais de 100 mil alunos da educação especial no ensino regular e hoje temos quase 500 mil, é evidente que havia um conjunto significativo e importante de jovens que poderiam estar na escola antes de 2002.



Por que esses alunos não estavam na escola antes de 2002? Por que só agora estão na escola? Porque havia uma compreensão cultural, conservadora, por parte dos pais e da sociedade, que achavam que essas pessoas não deveriam ir para escolas, e sim para instituições especializadas, muitas vezes segregadas. Elas nem sequer tinham a chance de conviver no ensino regular.

Por que realizamos na Câmara uma audiência pública em que todos os convidados que usaram a palavra eram jovens com Síndrome de Down que concluíram o ensino superior? Porque esses jovens receberam essa oportunidade, a família acreditou nessa possibilidade, a escola os acolheu, e, através da educação inclusiva, puderam desenvolver de maneira plena a sua capacidade intelectual, a sua potencialidade. E os exemplos se sucedem.

Eu gostaria que V.Exa. convidasse também — esta Comissão deveria convidar — pessoas que tiveram a oportunidade de estudar na escola regular de educação inclusiva, jovens com Síndrome de Down, surdos, cegos, cadeirantes, pessoas autistas que hoje estão desenvolvendo de maneira plena suas atividades. Por quê? Porque receberam essa oportunidade.

Mais do que isso, a possibilidade de termos uma pessoa com deficiência incluída no ensino regular é também uma oportunidade para que os seus colegas, para que a comunidade escolar em que ela convive apreenda, respeite a sua especificidade, a sua diferença, para que possamos cultivar a ideia da diversidade como um conceito que faz parte da visão de uma cidadania plena, de uma sociedade onde de fato as pessoas possam ser respeitadas a partir das suas particularidades e individualidades.

Sr. Presidente, por trás desse tema há um debate de fundo, em que há toda uma carga de natureza ideológica e filosófica. Muitas vezes, pessoas de determinados setores da sociedade não gostariam de ter na sala de aula do filho um jovem com Síndrome de Down. Um pai conservador vai à escola e fala com a professora ou diretora: “Olhe, eu não quero. Tem uma criança na sala de aula do meu filho que está atrapalhando”. Assim como muitas vezes esse mesmo pai ou outro vai à direção da escola e diz: “Eu não quero. Tem um jovem que eu acho que é homossexual e eu não o quero na sala de aula do meu filho”. Por que isso? Porque somos herdeiros de uma cultura conservadora, atrasada, segregacionista,



que passa a ideia de que temos um modelo de sociedade e um modelo de cidadão e todos aqueles que não se enquadram nesse modelo, de uma forma ou de outra, devem ser discriminados, segregados ou tratados de maneira diferente.

Por isso, queremos avançar nessa discussão. Ela não é uma questão qualquer, é muito mais do que isso. É uma discussão de um modelo de sociedade, de uma visão de sociedade. Precisamos afirmar o conceito de diversidade, de uma escola para todos e do respeito a todos.

Cumprimento, pelo trabalho que tem sido desenvolvido, o Ministério da Educação, todos os Estados, Municípios, entidades da sociedade civil que acreditam nessa política, que, do meu ponto de vista, vai avançar ainda mais. Em pouco tempo, teremos muita dificuldade para encontrar pessoas que em espaços públicos ou privados tenham coragem de defender a ideia de que não querem ver seu filho ou sua filha estudando numa escola inclusiva, com jovens, crianças e adolescentes da sua faixa etária, aprendendo, convivendo e construindo uma sociedade diferente junto com eles.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Deputado.

Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero cumprimentar os autores do requerimento, Deputados Eduardo Barbosa e Otavio Leite, que trazem para esta Comissão uma discussão fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Só uma correção: a Deputada Dorinha é a coautora. Vamos fazer justiça à Deputada Dorinha.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Desculpe-me. Não sei por que, alguém falou e fiquei com isso na cabeça. Corrigindo, então: Deputada Dorinha.

S.Exas. trazem para esta Comissão uma discussão fundamental.

Quero dizer, inicialmente, por ser médico e muito direto, que concordo com as colocações feitas pelo nosso Vice-Governador, representante do CONSED, que foi claro no que disse.

A Secretária Claudia Dutra também apresentou números muito significativos e importantes de inclusão.



A minha pergunta é muito simples: o que estamos chamando de inclusão? Eu não sou professor, não sou pedagogo, mas entendo que incluir é muito mais do que colocar na sala de aula, assim como entendo que o sucesso de um programa não está no número de matrículas, como foi apresentado aqui e como é apresentado para qualquer criança que esteja em idade escolar.

Temos um programa do MEC que diz que até 2020 quer reduzir em 50% — está nas metas — o número dos chamados analfabetos funcionais. Ora, como é que podemos ter uma escola que admite que 50% dos analfabetos funcionais de hoje continuarão como analfabetos funcionais? Como podemos admitir que um aluno na sala de aula na mesma faixa etária, é absolutamente necessário que seja assim, estará incluído porque está na sala de aula, que permite a convivência? Acho que a convivência é fundamental e tem que ser permitida mesmo. Mas não vejo para esse aluno nenhum benefício nisso, a não ser o da convivência, que ele tem na sociedade como um todo e não só na sala de aula. Em nosso País, as escolas que tínhamos, especiais ou não, não eram excludentes. As grandes e trágicas experiências que tivemos foram com as chamadas salas especiais, que eram dentro da escola comum. Na verdade, eram salas que traziam outro problema, porque não trabalhavam com o deficiente, mas com uma pessoa que tinha uma dificuldade maior de comportamento ou uma dificuldade de aprendizado que às vezes nem era dele, mas do professor. Essa pessoa era colocada nessa sala e era excluída.

Então, queria saber dos expositores, e entender, o que estamos chamando de escola inclusiva. Não é só porque recebe a pessoa que é inclusiva. Não é porque foi preparada em parte. No Estado de São Paulo, por exemplo, o grande avanço seria ter 50% de escolas adaptadas para receber, por exemplo, cadeirantes. Também não seria 100%.

“Ah, bom, tem tempo! Ao longo do tempo, vamos fazer isso.” O que vemos são as construções serem mantidas como estão. E na inclusão não há, de fato, uma preocupação com o resultado de aprendizado do incluído. Esta é a minha preocupação: como está sendo avaliado o resultado de aprendizado do incluído? Não da convivência, que é ótima. Não de estar junto, que é ótimo. Porque podemos citar aqui, como foi citado, muitas pessoas com várias deficiências, não só *down*, mas física, motora, que se formaram em curso superior, fizeram mestrado e



doutorado. Mas eles continuam sendo a exceção, como é exceção hoje que o indivíduo que entra no primeiro ano sem nenhuma deficiência atinja o nível superior, porque não temos nas escolas públicas federais vagas para todos e nem todos têm dinheiro para pagar. Então, a deficiência de recurso financeiro tem sido um grande fator limitador para chegar a uma escola superior.

Eu queria entender isso melhor, para poder fazer um juízo de valor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Encerramos o primeiro bloco.

Vamos passar a palavra aos expositores, para as respostas, começando com a Secretária Cláudia Dutra.

A SRA. CLÁUDIA DUTRA - Em primeiro lugar, acho importante iniciar a resposta pela última questão colocada: o que os expositores entendem que seja inclusão.

O conceito de educação inclusiva já é bastante disseminado no meio educacional e diz respeito justamente ao movimento, ao processo em que o contexto escolar se organiza para atender a todos os alunos, em que se rompe com uma concepção de escola homogênea, na qual o aprendizado tem um lugar a que todos vão chegar em determinado momento.

Compreendeu-se por muito tempo que todas as pessoas tinham um desenvolvimento que deveriam seguir para chegar àquele lugar. E isso foi colocado inclusive na nossa política de educação especial de 1994, na qual se dizia que poderiam estar nas classes comuns do ensino regular aqueles estudantes que tivessem o mesmo ritmo de aprendizado dos estudantes ditos normais.

Ou seja, nós trabalhamos, por muito tempo, no campo educacional, com um conceito de normalidade: existia um comportamento, um aprendizado, um sujeito normal e todos aqueles que não tinham esse padrão eram vistos como sujeitos anormais ou diferentes. De certa forma, tratar como especial também mantém essa diferenciação.

A concepção da educação inclusiva começa a estabelecer que cada sujeito tem o seu ritmo de desenvolvimento, as suas capacidades, as suas potencialidades e esse estudante pode, sim, ter aprendizados que digam respeito ao



desenvolvimento e a uma qualidade para ele fundamental. Aonde cada estudante vai chegar no processo de escolarização vai dizer respeito às estratégias pedagógicas disponibilizadas para ele. Se ele não estiver num ambiente de escolarização que oportunize que essas estratégias, esses conhecimentos, esses conteúdos estejam disponibilizados para ele, não vai ter essa chance de desenvolvimento. Se ele não tiver os recursos adequados, também não vai ter essa oportunidade de desenvolvimento. Agora, aonde ele vai chegar, sendo um estudante com ou sem deficiência, vai dizer respeito ao seu próprio desenvolvimento e às oportunidades que teve.

Portanto, passa-se, a partir da educação inclusiva, a inverter a compreensão que, em razão da deficiência, já destinava um *locus* para o atendimento escolar de cada pessoa. Isso faz com que, efetivamente, várias pessoas saiam da condição de serem vistas socialmente como incapazes de aprender ou de estar numa escola de ensino regular e passem a fazer parte de um contexto social no qual têm oportunidades de desenvolvimento como as demais pessoas, que é o que está disposto na convenção. Portanto, há uma preocupação, sim, com avaliação e com aprendizado.

Inclusão não diz respeito a acesso. Coloquei aqui inicialmente, inclusive sob a égide da própria convenção, que diz respeito a acesso, permanência e sucesso no aprendizado. Quanto ao acesso, não se nega direito à matrícula; quanto à permanência, são disponibilizados os apoios necessários. Essa é a orientação da política pública.

Tenho aqui comigo, é preciso ser verificado, que em 2003 tínhamos 21 milhões de reais no orçamento da educação especial. Nos últimos anos, tivemos cerca de 70 milhões de reais na educação especial, com uma execução, no período de 2003 a 2010, de cerca de 78% — a menor — a 94%. Não tivemos nenhuma execução do orçamento inferior a 78% na educação especial. O quantitativo de políticas públicas aqui indicadas é fruto não só desse crescimento orçamentário, mas principalmente de uma política que diz respeito à transversalidade da educação especial.

A formação de professores está presente no orçamento da Universidade Aberta do Brasil. As salas de recursos multifuncionais têm orçamento específico do



FNDE, não são esses. A última aquisição de salas de recursos multifuncionais é da ordem de 157 milhões de reais. A política de acessibilidade arquitetônica é de outra linha orçamentária, que não esta da educação especial.

Não tínhamos uma ação orçamentária, até 2004, para apoio à acessibilidade arquitetônica da escola pública. Somente a partir de 2004 essa linha orçamentária passa a existir, com apenas 2 milhões de reais. Com o Plano de Desenvolvimento da Educação, passa a ter um investimento, em 2008, de R\$ 29 milhões, no apoio à acessibilidade arquitetônica, R\$ 37 milhões em 2009, R\$ 57 milhões em 2010, e há previsão orçamentária de R\$ 100 milhões para este ano em acessibilidade arquitetônica, fruto dessa diferenciação, no que diz respeito à perspectiva da política educacional pública nessa área.

Por fim, foi feita uma outra pergunta sobre a questão da política pública, da interface com as demais políticas públicas, considerando que as políticas que nós aqui estamos hoje referindo dizem respeito a uma ação articulada e organizada das políticas setoriais. Eu destaco aqui que a partir de 2007 nós começamos a implantar o Programa BPC na Escola. O BPC na Escola é o acompanhamento, o monitoramento dos beneficiários do Benefício da Prestação Continuada — BPC. Essa política, que é exemplo de uma orientação para a organização e a interface das políticas públicas, é desenvolvida com os Ministérios da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e dos Direitos Humanos. Com a implementação dessa política, com a adesão de mais de 2.600 Municípios e de todas as Unidades Federadas, foram feitas 217 mil visitas domiciliares, a residências de beneficiários do BPC de até 18 anos.

O pagamento do Benefício da Prestação Continuada teve início em 1997, e até 2007 não havia uma política de acompanhamento. A partir do decreto de 2007, ficou instituído que deve ser feito o acompanhamento do acesso e da permanência das pessoas com deficiência beneficiárias, e identificou-se naquele ano que apenas 21% frequentavam a escola. Da identificação das barreiras que impediam o acesso e da organização de ações específicas para o acesso à escola resultou que, nesse período, a partir de uma política intersetorial de promoção do acesso dos beneficiários do BPC na Escola, nós já temos 52% desse público matriculado na escola.



Então, é importante dizer que nessa área, quando se fala em acesso, fala-se da primeira oportunidade, ou seja, da chance de estar na escola. E é preciso, sim, não descartar todas as necessidades que temos de organização do ambiente escolar. Essa necessidade de organização do ambiente escolar ressalta-se com a afirmação de que a pessoa e sua família têm de estar na escola. Como vamos ouvir a família? Como vamos aprender com a família? Vamos ouvir a família, aprender com a família, estando a família presente na escola, porque tem lá um filho matriculado, participa daquela escola e colabora com aquela escola, no sentido da sua transformação, inclusive porque esse é um dos seus direitos, o direito de participação no ambiente escolar, na gestão democrática da escola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Tem a palavra a Presidente Cleusa.

A SRA. CLEUSA RODRIGUES REPULHO - Bom, eu vou tentar juntar algumas questões, Deputado, para otimizar aqui nosso tempo.

O senhor, como Paulo Rubem, levantou a questão de quais as políticas que vão afetar os Municípios e de que forma nós devemos organizar-nos. Eu queria levar isso para esse aspecto de ações articuladas. Se nós Municípios, e eu acho que os Estados também, não organizarmos políticas de atendimento matriciais, não há como atribuir à escola todas essas responsabilidades, senão nós vamos deixar de fazer aquilo que é pressuposto nosso, que é produzir conhecimento. Então, essas políticas integradas de educação, saúde e assistência social são fundamentais para que efetivamente a inclusão seja um processo digno. Eu acho que é dessa forma que devemos tratar. Por isso, essas ações podem ser ou não mais ou menos articuladas.

E aqui eu vou falar de onde estou, de um Município que precisou articular as políticas públicas de educação, saúde e assistência, já que cada uma dessas Secretarias tratava separadamente as questões das pessoas com deficiência, e portanto, desarticuladamente, investíamos recursos triplicados, enquanto deixávamos de atender outras pessoas, outras crianças, jovens e adultos que tinham essas necessidades. A partir dessas ações articuladas, as nossas escolas de educação especial hoje são espaços de qualificação profissional para jovens e adultos que na idade correta não tiveram essa possibilidade.



Eu acho que para formas de trabalho nós ainda não encontramos a solução ideal, não é? Como é que se faz essa articulação? Nós não podemos ter ilhas de excelência, ou arquipélagos de excelência. Não é, Deputado? Nós precisamos ter uma política nacional de integração. Eu acho que nós estamos no início, estamos ainda muito aquém do que precisamos, mas já se nota que tanto os gestores da área da educação como os da saúde e da assistência entenderam que políticas articuladas são essenciais. Eu acho que isso tem um impacto direto não só no financiamento como na questão do atendimento dessas crianças.

Eu vou dar um exemplo: nós tínhamos lá cinco escolas; eu estou falando de São Bernardo do Campo, que não é uma cidade pequena, que tem 2.300 crianças incluídas na sua rede regular, jovens e adultos que passaram 20 anos em escolas especiais e que hoje dependem única e exclusivamente de repasses do Município. Isso não é possível, já que nós temos ali condição de fazer com que esses jovens e adultos tenham uma qualificação profissional e possam ser pessoas autônomas, senhores do seu próprio destino, ter essa autonomia. Então, eu acho que com essas políticas, e com o financiamento da educação, da assistência e da saúde, nós vamos poder avançar, mas, se nós não colocarmos esta discussão sobre a mesa, essa vai ser uma questão em que o gestor responsável vai fazer aquilo, aquele gestor, e, se as pessoas tiverem o azar de estar naquele Município, ele não vai ter essa ação articulada, e portanto vai ficar sempre faltando.

Em relação ao Deputado Otavio Leite, que deu o exemplo aqui do Rio de Janeiro, eu, como gestora, entendo que o MEC não tem esse poder de dizer que nós vamos ou não excluir as crianças da escola no ano seguinte, até porque os sistemas são autônomos e independentes nesse processo. Há uma política de condução ao processo de inclusão. Eu não recebi, e acho que o Rio de Janeiro também não recebeu, nenhum decreto que diga que de hoje para amanhã nós precisamos colocar todo o mundo na rua; ao contrário, esse é um processo gradativo e com responsabilidade. Agora, eu volto a reiterar aqui aos Deputados a questão de que nós temos de ouvir a comunidade, seja ela a dos surdos, seja a dos deficientes visuais, a das pessoas com deficiência física, mas também nós temos de ouvir os educadores, senão nós vamos de novo estar interpretando.



Eu lembro que pedi, na audiência pública de financiamento, que nós educadores pudéssemos participar das audiências da reforma tributária. Já que todo o mundo entende de educação, eu vou dar-me o direito de entender de todas as áreas aí da Administração Pública — porque eu tenho a sensação de que todo o mundo entende de educação, menos os educadores, não é? Nós não podemos ir à casa das pessoas dizer como elas vão cuidar dos seus filhos, mas todo o mundo se acha no direito de nos dizer como educar as crianças brasileiras. Então, eu acho que nós precisamos tomar muito cuidado com isso, senão nós não precisaremos de educadores, nem de pedagogos, nem de professores; cada um que faça em casa aquilo que entender que é mais adequado.

Desculpem aqui o desabafo, mas é que é muito difícil estar em todos os contextos e ouvir, o tempo todo, todo o mundo dar palpite em relação à educação e não ouvir os educadores (*palmas*), e atribuir a nós o fracasso ou o sucesso da educação, não é? Até porque nós entendemos — e acho que os Deputados nos têm mostrado claramente — a nossa responsabilidade civil, a nossa responsabilidade como fiscalizadores do recurso público, e isso só funciona se a sociedade civil estiver junto conosco, nós ocupando o nosso papel, a sociedade ocupando o seu papel de agente controlador, no controle social, que é necessário.

Tenho lá uma escola de surdos que no início da nossa gestão foi colocada como se nós fôssemos fechar e nunca mais nenhuma criança pudesse entrar ali. Hoje nós temos um trabalho inverso: as crianças com deficiência auditiva e os jovens estão ensinando LIBRAS nas escolas municipais, ensinando no sentido de integração de todo esse trabalho, não ensinando como responsabilidade, porque senão eu estaria agora declarando trabalho infantil, não é? E não é esse o caso. O caso é de integração, inclusão e participação de todos.

E, para finalizar, o Deputado Paulo Pimenta fala da simplificação dos debates, e eu concordo em gênero, número e grau. Aqui eu falo como Presidente da UNDIME: nós soltamos nesta semana uma nota pública a respeito da discussão sobre o livro e sobre a educação de jovens e adultos, quando de novo a imprensa ouve economistas, ouve uma série de pessoas, e só se esqueceu de consultar a autora do livro, os educadores que fizeram a avaliação do livro, que são de universidades públicas, e os professores que democraticamente puderam escolher



seus livros. E algumas revistas autointitulam-se avaliadoras e excluem ou incluem os livros da escola, e nós que estamos lá, com 97% das crianças, nas escolas públicas, temos todos os dias o desafio de transmitir conhecimento, de produzir conhecimento, e esse é o nosso papel mesmo. Então, visitem as escolas públicas antes de fazerem as reportagens.

Conversem conosco sobre o processo de aprendizagem dos adultos, e principalmente sobre o processo de evasão dos adultos. Por que é que eles evadem? Por que eles não têm esse direito? Hoje, nas nossas salas em São Bernardo do Campo, quase 40% dos adultos que não foram à escola têm alguma deficiência. E não cursaram a escola porque a escola não lhes deu oportunidade, nem a escola especial, nem a regular. Eu acho que isto é muito grave no Brasil: o número de crianças, jovens e adultos que estão fora de qualquer sistema, porque os casos mais graves não são atendidos em lugar algum. Crianças que têm, associada à surdez, deficiência visual — como é o nosso caso lá; temos 11 alunos que são surdos e cegos —, a USP trata esses alunos como laboratório de pesquisa, porque não há hoje no Brasil ninguém que consiga lidar com essas crianças de maneira articulada e inclusiva, que seria o mínimo de tratamento de que essas crianças precisam.

E, por último, o Deputado Ubiali pergunta o que nós estamos chamando de inclusão. Nós estamos chamando de inclusão tudo aquilo que é direito dessas crianças e desses jovens e adultos. Isso é inclusão. Acho que nós precisamos partir desse princípio básico, porque senão nós vamos discutir aqui, interminavelmente, que teoria de inclusão nós temos, e enquanto isso as crianças continuam fazendo aniversário, continuam indo para as nossas escolas, e precisam de atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS - Eu penso que na discussão da pessoa com deficiência se deve, em primeiro lugar, sempre pensar no que a pessoa com deficiência necessita para o seu desenvolvimento. Esse é que é o conceito de educação: “e”, do prefixo *ex*, fora, “duc”, o verbo *ducere*, conduzir — conduzir de dentro para fora, para a independência, para a felicidade, para participação na família, participação na comunidade, para ser feliz, para se realizar. Então,



educação, nesse sentido, pode acontecer perfeitamente, por exemplo, no IBC, Instituto Benjamin Constant. Quantos alunos que passaram por lá hoje são médicos, são advogados, são professores, fisioterapeutas, trabalham nas mais diversas áreas, estão incluídos? Então, este é o direito a que a Prof^a. Cleusa se refere: o direito à educação, e a por meio dessa educação ficar feliz e incluir-se na sociedade. E isso pode acontecer não só no IBC como na escola comum também. O INES é a mesma coisa. No decorrer dos anos o INES também propiciou que muitas pessoas surdas se incluíssem na sociedade, atendendo as suas particularidades, as suas necessidades. São pessoas incluídas.

Agora, a necessidade de cada pessoa tem de ser levada em conta. Não podemos esquecer isso, achar que todo o mundo é igual. Falaram, por exemplo, das pessoas com síndrome de Down. Existem pessoas, e todos nós conhecemos, eu também, pessoas com síndrome de Down que estão nas faculdades, nas universidades, nos cursos superiores, participando também, inclusive como artistas, em programas de televisão, e com muito sucesso. Que bom! As necessidades dessas pessoas têm de ser atendidas. Mas eu também conheço pessoas com síndrome de Down, de 40, 50 anos, que têm necessidades severas de desenvolvimento, com distúrbio de conduta, com pouca possibilidade de trabalhar, uma dependência bastante acentuada. Essas pessoas com síndrome de Down precisam receber atendimento de acordo com a sua característica, de acordo com a sua necessidade.

Então, nós não podemos achar que todo o mundo vai incluir-se no trabalho, que todo o mundo vai poder estar na classe comum, ou coisas semelhantes, porque o princípio fundamental é atender às características específicas de desenvolvimento de cada ser humano. Eu falava com 40 ou 50 alunos surdos em Curitiba; eles chegaram a mim e disseram: “Nós queremos o ensino médio especial”. Aí eu perguntei a eles: “Por que é que vocês querem o ensino médio especial?” “Porque nós não conseguimos acompanhar as aulas no ensino médio comum. Nós temos de estar num período na sala comum, e no outro período na sala de apoio. Quer dizer, nós temos de ficar o dia inteiro aqui na escola, e um período nós praticamente não aproveitamos; então, nós queremos o ensino médio especial, porque aí vamos ter um professor, menos alunos, um atendimento específico. E nós queremos” — isso



foram eles que disseram — “nós queremos incluir-nos na sociedade pela educação.” Educação de qualidade, nesse caso, significava ensino médio especial.

Por isso é que desconsiderar as características de desenvolvimento é, eu diria, uma falta de humanidade. É aquilo que, por exemplo, Otavio Leite disse: “Não, daqui para a frente todos os alunos têm de ser matriculados na classe comum, todos, independentemente de necessidade, independentemente de faixa etária”. Pode ser aluno de 40 anos, 30 anos... Não, classe comum! Independentemente de necessidade, classe comum. Eu digo: é falta de humanidade! Em que sentido? Um aluno de 15 anos que esteja aprendendo a lavar a mão, o rosto, a ter hábitos de higiene, esse aluno tem as suas necessidades. Ele não pode estar lá, com 15 anos, na classe comum — a idade de 15 anos é a do 1º ou 2º ano do ensino médio —, com quem esteja aprendendo física, química, biologia. As necessidades são completamente diferentes!

Por isso é que nós temos de dizer: infelizmente, no Brasil, em vez de isto ser um debate promovido pelo MEC, acabou transformando-se num embate, em que as pessoas não têm oportunidade de com clareza, com calma, dizerem o de que cada um precisa, não é? Eu falo inclusive como pai de pessoa com deficiência intelectual, e falo, assim, com muita discussão, do que aconteceu no decorrer dos anos. Agora, nós temos de ter educação na classe comum. Não tenho dúvida disso. Na classe comum. Melhorar, aprimorar a sensibilidade; preparação de professores; apoio de profissionais; e tudo mais. Agora, nós dizermos — e vocês conhecem pessoas com deficiência por aí com as mais diversas necessidades — que todo o mundo tem de ir para a classe comum é impossível, não é? É impossível!

E isso não acontece em país nenhum do mundo. Lá nos Estados Unidos nós temos universidades para pessoas surdas. Lá na Inglaterra, lá na França, as pessoas ainda passam o ano em instituições. Voltam para casa nas festas de final de ano. E eles dizem que são escolas inclusivas! E nós perguntamos: “Por que vocês dizem que são escolas inclusivas?” “Porque antes passavam a vida na instituição; agora voltam para casa no dia de Ação de Graças, voltam para casa nas festas do Natal, vão para a comunidade, fazem compras”. Quer dizer, é um conceito de inclusão que não faz parte da nossa cultura! Então, nós temos...



É por isso que o CONSED diz: preferencialmente na classe comum, mas não com exclusividade. Não com exclusividade. E o CONSED vai além, e diz: não terminar com 17 anos; não terminar com 21 anos; não pode haver terminalidade, no sentido de se dizer: “Acabou! Você tem que sair!” Não pode haver. Deve haver terminalidade no sentido de dizer: “Olhe, se você fez a 1ª série, a 2ª série, tem de sair com diploma, com certificado de 2ª série; se você foi preparado para o trabalho, tem de ter uma certificação”. Mas nós vamos ter, e o CONSED fala disso, nós vamos ter alunos de 30, 40, 50 anos que vão precisar de atendimento por toda a vida, e isso não é demérito de quem os educa. Não é demérito! Não é um problema. É a característica de desenvolvimento dessas pessoas que exige o atendimento permanente no decorrer da vida. Então, não é demérito! “Ah, o sujeito está há 50 anos na escola especial...” Está lá, e vai morrer na escola especial, se nós pudermos usar essa expressão com carinho e com respeito. Por quê? Porque a necessidade dessa pessoa está lá. Agora, vamos perguntar a ele se ele gosta, vamos perguntar à família se ele gosta.

Nós, como educadores, eu que sou professor, eu, como educador, tenho de ficar atento ao que o surdo está dizendo, porque eu, como educador, não posso dizer coisa diferente do que o surdo pensa, ou do que o cego pensa. Nós temos de convergir para um ponto de vista que possa, na verdade, atender o que se demanda da pessoa. Então, eu até diria: a escola especial é uma escola regular. Eu não usaria a expressão “regular” para a escola comum, ou eu diria, de acordo com a LDB: a escola de educação básica na modalidade de educação especial. É isso que nós fizemos no Paraná. Não chamamos de escola especial. Chamamos de escola de educação básica, porque é uma preparação, de acordo com a LDB, para a independência, para a felicidade, para a inclusão, na modalidade de educação especial, que oferta educação infantil, ensino fundamental, preparação para o trabalho ou o que for necessário.

Agora, uma das coisas mais importantes é aquilo que Eduardo levantou, na pergunta inicial: atendimento educacional especializado. O conceito adotado hoje pelo MEC não é de forma alguma o conceito do Constituinte lá atrás, porque atendimento educacional especializado não é esse conceito de um atendimento complementar, alguma coisa que venha a mais; é o atendimento educacional



especializado entendido como educação. É educação especializada! A pessoa com deficiência, de acordo com a Constituição, e de acordo com todos os documentos da época, tem direito a atendimento educacional especializado, que é sinônimo de educação.

Então, nesse sentido, há uma grande confusão, realmente, estabelecida, infelizmente, neste embate. Quer dizer, não é mais um debate; é um embate, uma briga, um conflito. E quando uma família tem um filho com deficiência, com uma necessidade acentuada, surdo, cego, podem perguntar aos pais; o pai não está nem querendo saber se essa criança surda, cega, com uma necessidade mais acentuada, vai estudar aqui ou vai estudar lá. O pai quer que as necessidades do seu filho, ou da sua filha, para que ele ou ela seja feliz, sejam bem atendidas, porque uma criança, sendo bem atendida por profissionais habilitados, vai ser mais feliz na vida, sem dúvida alguma, na sequência.

Então, esse conceito de atendimento educacional especializado utilizado pelo Ministério da Educação deturpa, na minha opinião, toda a educação e todo o debate que deve acontecer. E mais ainda: nós vamos caminhar para uma educação em período integral, dentro do projeto político-pedagógico da escola. Todos nós queremos, seja para a pessoa com deficiência, seja para a pessoa sem deficiência, uma educação em período integral, que o projeto político-pedagógico tem de prever.

Nada mais saudável do que, dentro da liberdade democrática, nós colocarmos dentro do nosso plano o que vai ser feito, pensado, com um sujeito específico, um aluno como João. Ah, João vai ficar aqui um período, vai ficar na escola outro período, vai ficar também na equoterapia, na comunidade, outro período; é o trabalho em rede, não é? Nós temos de pensar nesse trabalho em rede, em que a soma de todos converge para o atendimento de qualidade.

Então, que não haja nenhuma camisa de força, conforme Otavio Leite observou muito bem, mas que se dê esse conceito novo de terminalidade que está aí, que continue. Por quê? Porque entre os jovens e adultos pode haver aluno com 80 anos, na educação de jovens e adultos; na universidade pode haver alunos de 90. Ninguém pergunta a idade. A única situação em que se pergunta a idade é para a pessoa com deficiência, e eu acho que isso é uma tremenda discriminação. Então,



comecem a perguntar na universidade! Ah, você em 60 anos? Então não pode ir! Você tem 70 anos? Não pode ir para a educação de jovens e adultos!

E assim por diante.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Tem a palavra o Deputado Artur Bruno; depois vamos ouvir Lelo Coimbra, Dorinha e Joaquim Beltrão.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, eu teria algumas questões para colocar, mas eu vou ter muitas oportunidades ainda, certo? Todas as semanas nós estamos fazendo audiências públicas aqui, e ainda vamos tratar de educação especial. Portanto, eu queria dar oportunidade, dar o meu tempo, o tempo a que eu tenho direito, ao meu conterrâneo Davi, que veio com muita dificuldade do Ceará para esta audiência pública, porque eu acho que é interessante ouvi-lo sobre as questões da educação especial.

O SR. DAVI SOUZA - Boa tarde a todos e a todas. Eu queria perguntar o seguinte: o que é educação? Do que é que nós estamos tratando aqui? É de seres humanos.

Outra coisa: direito a LIBRAS não é só dos surdos; é para todos (*palmas*), porque a gente está obrigado, na escola regular, a estudar espanhol, inglês e LIBRAS. Então, não se aprende LIBRAS separadamente. Só se aprende LIBRAS junto.

Outra coisa: o senhor falou em “preferencialmente”. Preferencialmente, não, porque educação não é um favor, nem da família; é um direito. (*Palmas.*) E o direito da criança é o dever do Estado. O atendimento é que tem de ser preferencialmente. Então, não pensem que a educação só pode ser dada se a família quiser. Não! É um direito! A mãe, se o filho tiver de 7 a 14 anos, pode responder por abandono intelectual, caso a criança não esteja na escola. (*Palmas.*) Então, ela não pode dizer se a criança vai ou não; é um direito da criança!

E outra coisa: o senhor disse que não conhece em nenhum país criança com deficiência severa estudando. Eu conheço, lá na minha linda cidade de Fortaleza. (*Palmas.*) O filho dela nem escola especial recebeu, porque até as escolas especiais



só querem aquela criança com deficiência menos severa. Nem pagando recebeu! E hoje está aí, estudando.

Outra coisa que o senhor disse também, com todo o respeito, foi que a criança com deficiência adora aprender matemática e química. É isso que é a escola de hoje, que eu posso dizer que é um lixo, e a gente tem de tentar reciclar esse lixo, por amor ao meio ambiente, fazer uma reciclagem, porque ela só está preocupada com conteúdo, com química, com biologia. Não, educação não é só química! Não é só fórmula! Educação é o convívio! Educação é o convívio entre eles. Resolver uma fórmula básica para passar de ano não vai resolver a minha vida, não, porque o vestibular passa, e a vida continua. É o convívio!

E educação de qualidade é para todos: pessoa com deficiência, índio, negro, respeitando todas as diferenças. Educação inclusiva não é só para pessoa com deficiência, não! É não olhar as diferenças, porque até as crianças ditas “normais” — porque todo o mundo é diferente —, até elas têm as suas diferenças.

Então, senhores, a instituição tem um importante papel, no apoio a essa escola, a esse atendimento, mas a educação tem de se dar na escola comum. Chega! Estamos em 2011! Não estamos em 1800! (*Palmas.*) Chega! Educação não é mercadoria! Não é! Por que o Governo está gastando milhões aí com a Copa? Com todo o respeito, está gastando milhões! Chega! Vamos investir em educação, meu povo, não para a gente, mas para todos. E eu não posso aprender LIBRAS se não estiver estudando junto com as crianças surdas? Eu não posso aprender LIBRAS se eu estudar numa escola e não em outra? É um absurdo dizer isso, porque tem de haver o convívio.

E, só para terminar, a gente adere às escolas especiais; agora, há um porém: ela vai ter de virar regular, vai ter de aceitar todos, porque o *slogan* do Brasil é “Brasil, um País de todos” (*palmas*), e quando se diz todos não se está dizendo todos menos aqueles, todos menos esses, não! Todos são todos! Então, mais respeito! O bom é a convivência, é o convívio, e não essa escola que está aí, como eu disse, cheia de conteúdo, de fórmulas que muitas vezes não resolvem nada na minha vida.

Eu tenho exemplo na minha escola. Houve um aluno do 3º ano do meio ambiente — porque lá é uma escola profissionalizante — que teve um problema



psicológico e perdeu a fala. Durante dias ele só ouvia, não falava nada. Ficava difícil a gente se comunicar. Agora, eu pergunto: se todo o mundo, em todas as escolas, aprendesse LIBRAS, a gente se comunicaria ou não com ele?

Muito obrigado. E quero dizer que ou a educação é para todos — não para aquele que pode, não! —, ou a educação é para todos, ou então acabem logo com tudo, acabem com a educação, acabem logo com tudo, porque eu não quero estudar numa escola especial, porque eu já vi... *(Falha de gravação.)*

Estou revoltado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado.

Deputado Lelo Coimbra, nós temos de agilizar, porque já começou a Ordem do Dia. Então, gostaria que os senhores reduzissem o tempo de exposição, para podermos garantir a fala a todos.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Sim.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Seria interessante V.Exa. agora chamar todos do bloco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Todos, todos do bloco.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - ...porque nós já temos de nos retirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Então, a ordem é: Lelo Coimbra, Dorinha, Joaquim Beltrão, José Linhares, Rosinha, Luci Choinacki, que acho que não está mais aqui, e Paulo Freire.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Boa tarde a todos. Eu queria parabenizar Eduardo, Otávio e Dorinha, que propuseram esta reunião. Na realidade, ela estaria de uma forma ou de outra acontecendo, mas é bom que tenha acontecido neste formato.

Quero parabenizar a Mesa e agradecer as informações. Na realidade, a minha preocupação é a mesma que já foi expressa. Acho que essa é a grande questão, e acho que Arns foi muito feliz quando tentou fazer uma transição entre aquilo que é permanente e aquilo que pode ser... Pega-se uma criança como essa; essa criança tem... a escola em que ela está é uma escola com convívio social. Está pronta, já foi preparada para estar lá, mesmo que eventualmente ela tenha



necessidades especiais que aquela escola em que ela está não atenderá. Aí ela precisa de um apoio de outra natureza.

Mas há muitas escolas, e Arns, há um negócio que eu acho que é importante nós registrarmos: nós não temos a cultura da inclusão. Nós somos excludentes. Nós não abaixamos o vidro do carro quando o pobre chega perto. Na Idade Média, as crianças nascidas fora do casamento eram colocadas numa rodinha, no convento; as freiras não viam as mulheres; a rodinha girava e as freiras pegavam a criança, de quem não sabiam quem era o pai, quem era a mãe; com os deficientes, seguia-se o princípio do darwinismo: os que forem fortes vão prevalecendo — então, é a própria seleção natural da espécie. Quer dizer, com o tempo, e o amadurecimento — e nós evoluímos muito —, nós tivemos um ganho de qualidade nas formulações existentes. O trabalho das APAES e das Pestalozzis cumpriu e cumpre um papel fantástico nesse processo; as escolas de surdos e o Instituto Braille, nos diversos Estados, cumprem papéis importantes, e tradicionais, e históricos; mesmo, em alguns locais, já ultrapassados, mesmo assim eles são necessários em várias situações.

Então, a primeira questão que eu queria levantar, a primeira e a central, é: como nós concedemos, do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista metodológico, do ponto de vista transicional do que é permanente ou não, uma modelagem que não dá para ser entendida como definitiva para que todos os alunos possam estar na escola normal? O que foi que aconteceu nesse período? Nesse período aconteceu uma angústia, e um certo desmonte, ou uma certa paralisia na progressão da relação das Secretarias de Educação com os sistemas tradicionais, e ao mesmo tempo os professores que recebem ou podem receber esses alunos não estão habilitados para fazer essa recepção. Então, nós vamos pegar nichos de escolas onde professores, aglutinados, possam ser colocados; nós vamos sair de um modelo excludente para um modelo semiexcludente.

Ora, essa é uma discussão que nós precisamos fazer, sob pena de nós estarmos com um paradigma de inclusão plena, e por inclusão plena eu posso entender grupos que se incluem na totalidade ou posso entender inclusão de todos. Todos os que estão aqui vão passar para lá, mesmo que eles tenham necessidades especiais. Então, a minha impressão é de que, na forma como isso é operado, como



isso tem sido operado, pelas angústias que foram trazidas às famílias e pelas dificuldades do sistema educacional, nós temos um problema que é: é possível que nós tenhamos como conceito, como determinação pedagógica, essa transferência de todos os alunos especiais para a escola regular, no conceito de inclusão? Isso é possível, pedagogicamente? Isso é possível neurologicamente, no caso das deficiências encefálicas, ou alguma coisa desse tipo? Então, é importante que nós façamos essa reflexão.

Por fim, eu queria fazer um comentário, Cleusa, e é respeitoso, porque há três sessões eu fiz uma pergunta e no final acabou não dando tempo para o debate, e você usou um argumento para me responder, naquele curtinho espaço de tempo, e, por eu ser médico, eu não gostaria de que no meu espaço profissional você desse opinião; então, eu tomei isso como uma desautorização da minha fala. Hoje você usou o mesmo conceito aqui, quando disse: “Deixem os educadores falarem”. Em todas as Mesas constituídas, não houve um que não fosse educador que estivesse aí. Todos os que estiveram aí falando, estão falando e estarão falando foram, são e serão educadores. Nós os pobres mortais temos direito a perguntar, até porque a Mesa é dirigida por um médico (*risos*), por paradoxal que pareça.

Então, só um comentário. É carinhoso, porque eu acho que isso deve ser repensado, na sua verbalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Muito obrigado.

Deputado Padre José Linhares, a Deputada Dorinha foi marcar sua presença e vai retornar. Então, está com V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Muito obrigado, nobre Deputado Eduardo. Eu queria... Dorinha está distante, mas eu queria cumprimentá-lo, queria cumprimentar toda a Mesa. E é uma alegria encontrar Flávio Arns aqui entre nós novamente, e sobretudo as nossas duas expositoras, Cláudia e Cleusa.

Olhem, eu queria... Antes de fazer uma pergunta, eu queria dizer que nós ontem estávamos discutindo na cidade de Sobral, levando ao interior a nossa Comissão, e é interessante que eu esteja vendo os cearenses aqui, todos eles. Davi estava lá também, fazendo a reclamação dele, ontem, não é? Então, vejam que esta Comissão está tendo uma capilaridade muito grande, e está criando um espaço, que eu chamo de espaço social, espaço participativo, para que os problemas não fiquem



confinados simplesmente a nós Deputados, para que a comunidade venha, para que venha o deficiente.

Ontem, por exemplo, nós ouvimos o argumento da FETRAECE, que é um argumento um tanto quanto polêmico, porque a professora que nos falou disse que muitas vezes a linguagem do professor não é a linguagem do trabalhador rural, aí fica difícil a criança assimilar; muitas vezes os pais não querem mais deixar as crianças irem, com medo de que as crianças não assimilem, porque existe aquela mentalidade de que é na cidade que a pessoa cresce, é na cidade que se tem e que se criam oportunidades.

Então, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar a Comissão, porque ela está fazendo um trabalho que chamo de grande influência popular. Ela está descendo às bases, está chegando às comunidades. Ontem, tínhamos três ou quatro dezenas de professores, de pessoas outras que estavam interessadas dentro do tema, além dos nossos deficientes. Foi criado um espaço para que todos pudessem manifestar-se. Ontem, um professor da APEOC perguntou se não seria o caso de os Deputados voltarem a dar aula. Perguntei-lhe quantos anos fazia que estava na aula. Parece que ele estava há 6 ou 7 anos. Disse-lhe que estive em sala de aula 35 anos. Aqui, a maioria, se veio para esta Comissão, veio porque tem uma relação íntima com o ensino, com a instrução, com a educação. Fomos escolhidos e nos oferecemos para participar efetivamente.

Então, fazendo uma síntese de tudo isso, eu diria que a Comissão está realmente alcançando o seu objetivo. Ela não está confinada, enclausurando-se em si própria, mas se abrindo para que possamos ouvir todos os segmentos e que todos tragam sua contribuição. Aqui sabemos que não vamos ter a palavra mágica para a solução. O que vamos ter aqui é contribuição. E aqui, se não me engano, a Cleusa disse: ou a comunidade participa, ou a sociedade civil entra para o debate e colabora, sob pena de ficarmos confinados aos mesmos conceitos.

Então, parabéns a todos por esta nossa reunião. Infelizmente, os Deputados estão sendo chamados porque começou a Ordem do Dia.

É uma alegria, Flávio Arns, encontrá-lo novamente aqui, já que estivemos em várias outras pelejas. Não vamos dizer combates, mas embates e outros problemas que aqui nos atingiram.



Obrigado a todos.

Parabenizo sobretudo o Davi e a sua comitiva do Ceará, que se deslocaram de tão longe para trazerem um depoimento tão bonito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Deputado José Linhares.

Agora, Professora Dorinha Seabra Rezende, coautora do requerimento responsável por esta audiência.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos.

O nosso interesse é que esse tema seja central no debate do Plano Nacional de Educação. Lógico que outros temas relacionados à educação especial vamos continuar tratando.

Primeiro, fico muito preocupada quando permanecemos em um debate maniqueísta de bem ou mal, de uma forma eliminando a outra. Acho que o que nos une é um desejo de garantir o direito a aprender. Já passamos, na maioria dos casos, do direito à vaga, o que não é o caso do ensino especial. Ainda temos muita gente fora do atendimento.

Fui secretária de Educação do meu Estado por quase 10 anos. Investi tudo que foi possível no atendimento dentro da escola regular, estruturando as escolas, buscando organizar as antigas salas de recursos, depois salas multifuncionais. Tudo que era oferecido, sempre aderíamos. Por outro lado, sempre apoiei o movimento das APAEs. Fomos um dos poucos Estados a estabelecer um convênio com a APAE educadora, repassando recursos mensais para a manutenção da escola APAE. Lógico que com o princípio daquela criança, daquele jovem que tivesse condição de se encaminhar para a escola regular. Precisamos entender que o nosso objetivo é atender da melhor forma, garantindo não o lugar — sei que a Secretária não disse isso. Não estamos preocupados em arranjar depósito de criança, mas de lugar para aprender.

Quero apresentar algumas questões. Primeiro, li o depoimento da campanha. Preocupe-me quando a campanha apresenta o apoio, a contagem dos alunos duplamente, mas não usar o dinheiro da educação. Afirma que não acha adequado usar o dinheiro de MDE. Quando fizemos a proposta, eu era Presidente do CONSED



quando levei para o Ministro — acho que a Secretária se lembra disso — a contagem em dobro porque os alunos de uma sala que estavam em uma sala no ouro horário, a sala de recurso no horário seguinte, ele não era contado, e há despesa, atendimento, mas independente disso, trata-se da questão da concepção de educação, não como dinheiro mas como educação ampla. Eu queria que a Cleusa se posicionasse em relação a isso.

Por outro lado, eu queria fazer uma pergunta para os três gestores. Quando estamos falando de ensino especial — e não só no ensino especial —, precisamos de outros profissionais que não são da educação, como fisioterapeutas, fonoaudiólogos e outros profissionais de apoio. Hoje nem psicólogo estamos conseguindo pagar com o dinheiro da educação por um problema legal e formal.

Como podemos avançar? Como o MEC vem pensando em relação a isso e os gestores também?

Secretária, precisamos avançar muito em relação à formação dos professores. Na sua fala, a senhora colocou falou sobre cursos de fonoaudiologia, mas quem está em sala de aula é professor. Quem tem a licenciatura precisa atender ao ensino especial, não só quem vai lidar com o aluno de ensino especial.

A questão da LIBRAS, a preparação do professor para lidar com o atendimento precisa acontecer; não precisamos fazer de conta que todo mundo que terminou uma licenciatura já sai pronto para lidar com as diferenças. Assim como no ensino especial, acontece na educação de jovens e adultos e na educação indígena.

Tenho como bandeira a defesa em relação à educação indígena. Quero entender um pouco o que é possível construir em relação às licenciaturas. Nem as universidades federais estão atendendo ao disposto no decreto em relação ao ensino especial. Talvez precisássemos tentar um pacto.

Por isso propusemos também, o Conselho Nacional está aqui, porque as licenciaturas não estão preparando bem para nada, não é só para o ensino especial. No caso do ensino especial, podemos ter uma ação mais forte e consolidada em relação à preparação do professor.

Para finalizar, acho que é possível tentarmos, respeitando as diferenças e a trajetória das instituições, avançar na consolidação de uma educação que seja



integral, inclusiva e ampla, não só para atender às necessidades da família, mas, acima de tudo, do direito à educação, do direito a apreender.

Todos que se posicionaram aqui das entidades têm esse foco de garantir e de respeitar o direito do cidadão à educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Deputado Joaquim Beltrão — acho que não está mais presente. Deputada Rosinha, depois Deputado Paulo Freire — que também não está; depois, passarei a palavra ao Paulo Messina, Vereador do Rio de Janeiro.

Deputada Rosinha.

A SRA. DEPUTADA ROSINHA DA ADEFAL - Boa tarde a todos.

Não faço parte desta Comissão lamentavelmente porque não podemos fazer parte de todas, mas especificamente o tema da educação especial muito me interessa por eu ser uma pessoa com deficiência.

Estou na Casa fazendo parte, como Presidente, da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência, da qual o Deputado Eduardo também participa, assim como o Deputado Otavio Leite e vários outros Deputados e Senadores. A Frente é do Congresso Nacional, há vários Senadores participando.

Essa questão da educação especial não é só mais um ponto importante na nossa vida, é o ponto importante na nossa vida.

Como pessoa com deficiência, eu queria deixar uma frase — acho que o Davi já colocou muito bem — que talvez resuma um pouco, usando as palavras de Cleusa ao falar das crianças surdas e cegas: Não aguentamos mais ser cobaia. Fui cobaia por muitos anos porque participei ativamente da questão da reabilitação, senão não estaria aqui, pelas fisioterapias da vida, por todas as formações de rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência.

Estou com 38 anos. Faço reabilitação desde os 2 anos de idade, quando tive paralisia infantil. E nesta fase da vida, chego à conclusão de que fizemos um monte de coisas erradas com relação à reabilitação, não no todo, mas na questão da saúde, e fui cobaia disso. Vejo que na educação continuamos ainda nesse processo.

Chega! Não podemos mais fazer de conta. Achei ótima a fala da Deputada Dorinha, não é essa ou aquela ideia a correta. As escolas especiais e a educação inclusiva na escola regular têm que acontecer paralelamente, pelo menos neste



momento em que estamos vivendo. Não há como dizer “*esse aqui não presta mais, agora tem que ser dessa forma*”. Esse processo está acontecendo de forma lenta, não começou agora, começou lá atrás. As escolas especiais fizeram o que o Governo não fez, ou seja, começou a tentar há pouco tempo, quando começou a passar recurso para que as escolas especiais fizessem a educação que ele tem que fazer e não fez. É um processo longo, não está começando agora e não pode acabar de uma forma para começar de outra. As coisas têm que se complementar.

Há casos e casos, mas não podemos fazer de conta. Secretária, o MEC trabalha de uma forma, mas a ponta, o Município, trabalha de outra. Vou falar especificamente da cidade de Maceió, cuja realidade conheço mais de perto. Em 2008, o Coordenador da Educação Especial, meu amigo, me disse que não tinha como conseguir recursos do MEC porque o Município não prestava conta do que recebeu em 2006 e em 2007. Isso não é fazer de conta? Foi preciso, por orientação minha, quando ainda não era Parlamentar, que a criança fosse ao Ministério Público representar o Município para conseguir uma carteira escolar adaptada à sua necessidade. Em 2008! Não cabe mais isso. O Município tinha acabado de comprar carteiras novas para a rede municipal de ensino.

É preciso trabalhar a base. O que Cleusa disse sobre políticas articuladas das áreas essenciais à educação, saúde e assistência, se não acontecer, serão milhões investidos na saúde, na assistência e na educação, e nada vai funcionar.

Há pouco tempo, a educação investia milhões de recursos para fazer a triagem auditiva e visual. E se a saúde já faz isso, minha gente? Por que a educação vai gastar o dinheiro da educação em saúde? Porque não há interdisciplinaridade de políticas para que avancemos. Saber o que precisamos saber, acho que até sabemos, como Parlamentar, como gestor, como sociedade civil, mas precisamos ter vontade política, principalmente, como gestor, para querer fazer. Porque até que o gestor municipal fosse representado, acusado e cobrado, a educação especial não estava, como não está, começando na cidade de Maceió.

O que avançou em sala de recursos, como era chamada, sala multidisciplinar, como hoje é chamada, ou qualquer nome que se dê, é tão pouco, é tão pouco, que é um absurdo se alguma pessoa, na cidade de Maceió, disser que tem de acabar com o ensino nas APAEs, na Pestalozzi, onde quer que seja. Não se pode falar isso,



porque significa faz de conta o que as escolas municipais, principalmente no ensino fundamental, vêm fazendo.

Precisamos repensar, Secretária, lá, na base, essa cobrança, essa fiscalização nos Municípios. Se não começar de lá, não adianta discutirmos em Brasília, pois lá embaixo não se está fazendo.

Além dessa opinião pessoal, tenho só mais duas falas breves. Espero que seja pensada, no Plano Nacional de Educação, a emenda que a Deputada Mara Gabrilli apresentou, que trata da figura do auxiliar de vida escolar. Já temos o auxiliar de sala, está funcionando muito bem, já se avançou em inúmeras questões. O auxiliar de vida escolar é aquela figura que se assemelha ao cuidador na vida da pessoa com deficiência, que tem mais limitações do que outras. Para a educação especial acontecer, para fazermos a educação inclusiva e acabarmos com o faz de conta, precisamos de uma terceira figura. Sozinhos, o professor e aluno não vão fazer acontecer. Precisamos pensar como. Talvez essa emenda da Deputada Mara Gabrilli seja uma forma. Devemos fazer um estudo bem detalhado sobre ela, que já foi apresentada ao plano.

Parabenizo a Deputada Mara, que não está presente, porque se encontra em um evento em Miami sobre pessoa com deficiência em busca de novas tecnologias para reabilitação, mas que tem contribuído muito neste tema. Inclusive faz parte da Comissão de Educação junto com V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Eduardo Barbosa, e com o Deputado Otávio Leite, que fazem parte da Frente.

Sr. Presidente, quero levantar com V.Exa. e com os demais Parlamentares presentes uma bandeira que já tem sido discutida desde a reinstalação da Frente, que é o problema dos intérpretes de sinais nesta Casa.

O que aconteceu hoje tem acontecido em outras audiências, em outras sessões solenes, em outras reuniões de Comissões: pessoas surdas estarem presentes e não terem intérpretes. A Casa só tem seis intérpretes, e a prioridade de atendimento é para TV, não é nem para o plenário. Se no plenário não tiver acontecido nada, ele tem de interpretar algum programa da TV. Para eles virem para cá é como se o pessoal da TV estivesse fazendo o favor de liberar um intérprete para estar aqui.



Estamos preparando um texto. Convoco todos os Deputados. Quero deixar na sua figura, como participante da Comissão de Educação, para que possamos colher assinaturas da Comissão para apresentar ao Presidente Marco Maia, a fim de ampliar o número de intérpretes, que não podem ser concursados, mas devem ser contratados.

Não podemos cobrar na escola, no hospital, se nesta Casa ainda não conseguimos cumprir o mínimo de acessibilidade, de respeito às pessoas com deficiências, os surdos, que precisam se comunicar e necessitam da figura do intérprete — talvez nós precisemos que eles. *(Palmas.)*

Como dizemos no meu Estado, eu gostaria de engrossar o caldo. Peço o apoio de todos os surdos aqui presentes. O Presidente do Sindicato dos Intérpretes do Distrito Federal — primeiro sindicato formado no País —, Michel Platini, tem sido um grande companheiro, e levanta esta bandeira. Inclusive fez uma campanha mês passado dizendo que intérprete não é só vocação, é profissão. Precisamos fazer esta valorização.

Chamo todos para, nesta campanha, conseguirmos ao menos nesta Casa aumentar o número de intérpretes para que possamos nos comunicar.

Parabenizo os Parlamentares desta Comissão, especialmente V.Exas., Deputados Eduardo e Dorinha, por trazerem esta discussão sobre educação especial. É o começo, porque este plano ainda não está no formato final, mas outros debates, outros embates ainda acontecerão. Precisamos disso para enriquecer e chegar a um denominador comum.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Concedo a palavra ao Vereador Paulo Messina.

O SR. PAULO MESSINA - Sr. Presidente, agradeço imensamente a V.Exa. ter aberto este espaço para que eu possa fazer minha exposição. Ao mesmo tempo, parabenizo a Deputada Dorinha pela iniciativa desta audiência.

Venho trazer a V.Exas. a experiência da cidade do Rio de Janeiro, que não é uma cidade de interior, mas a segunda cidade do País, onde houve a tentativa, no final de 2009, início de 2010, de se fazer a inclusão plena, da noite para o dia.



Sei que não é orientação do MEC que isso aconteça, mas foi interpretado dessa forma, assim como em muitos Municípios está sendo interpretado desta forma, que deva ser feita imediatamente. Os resultados foram desastrosos. Tivemos que mudar essa política no meio, porque as escolas não estão preparadas para isso, os profissionais não estão preparados para isso. Por maior que seja a vontade deles, não temos a estrutura necessária. Não sei se é do conhecimento de V.Exas., mas a rede de escolas fundamentais da cidade do Rio de Janeiro é a maior da América Latina — temos 1.063 escolas. A rede maior da América Latina não está pronta para isso.

Hoje, vim trazer esta experiência a V.Exas. Uma coisa é estabelecermos o processo de laboratório... Estou testemunhando o fato de que já ocorreu e não houve sucesso dessa forma no Município do Rio de Janeiro.

A Deputada Dorinha foi extremamente feliz quando falou que a educação especial e a educação inclusiva não são lado A ou lado B. Não há isso. Ninguém pode pegar o microfone e falar contra a educação inclusiva. A educação inclusiva tem seus enormes benefícios, não só no aprendizado, mas também benefícios médicos e sociais no desenvolvimento das crianças, em especial — tomo a liberdade de dizer — dos autistas, que precisam de desenvolvimento social.

Portanto, a educação inclusiva tem que ser defendida, mas nós não podemos fazer essa virada como uma virada de chave, da noite para o dia, como foi tentado fazer lá. Sobre essa experiência que lhes trago, depois posso enviar no ofício, esmiuçando um pouco melhor essa situação que aconteceu lá. Casos como, por exemplo, de uma professora em sala de aula, com 40 alunos e uma criancinha com paralisia cerebral, dentro da sala, num cantinho da sala. A aula estava sendo dada aula para as 40 crianças, e aquela criancinha no meio. A professora diz: “*O que está acontecendo? Não queriam incluir? Está ali incluída!*”

Precisamos discutir a possibilidade de ter professores assistentes, ou mediadores, facilitadores, adequar provas. Existe todo um sistema que tem de ser visto nisso.

Portanto, o que eu defendo, como Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é que haja a meta para inclusão e que a meta seja para universalizar as escolas, que se seja o atendimento, que as



escolas estejam preparadas, que nós estabelecemos metas não para os pais e para as crianças serem incluídas, mas para que as cidades tenham as suas escolas preparadas para ofertar 100% das vagas para essas crianças. É diferente de nós fazermos a meta para que as crianças sejam incluídas da noite para o dia e que sejam extintas as salas e escolas especiais. A meta deve ser, portanto, que a cidade esteja pronta para receber essas crianças.

Era isso o que eu queria falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Vereador.

Gostaríamos de, rapidamente, e vou pedir que seja bem breve, ouvir Messias, Diretor da FENEIS, que terá oportunidade de uma audiência em que exporá todas as suas aspirações. Também será ouvido José Eduardo, do CONJUVE. Espero que sejam breves porque os nossos expositores vão pegar voo. Eu quero ouvir as considerações finais dos nossos três convidados.

O SR. MESSIAS RAMOS COSTA (Exposição em LIBRAS.)

A SRA. SANDRA PATRÍCIA (Intérprete) - Boa tarde a todos.

Muito obrigado pela oportunidade. Eu me sinto muito intranquilo nessa situação que estamos vivendo no País por conta das opções que o MEC tem feito.

Nós sabemos que a inclusão é importante. Parabenizo o MEC por pensar na inclusão, mas nós não podemos simplesmente fazer uma proposta sem que as associações de surdos, os surdos, a FENEIS, os deficientes possam opinar pelo seu desenvolvimento educacional. Não podem ser só os ouvintes que tomam decisões no MEC que aproveitam, por exemplo, como a Martinha, na sua opção que disse que cultura surda, identidade surda não há. Nós sentimos muito isso, porque eu acho que é uma falta de respeito. É uma questão nossa. Nós ficamos com muita raiva em relação a isso.

Então, precisamos que seja respeitada a vontade dos surdos de uma escola bilíngue. Uma escola inclusiva é boa, sim. Mas é preciso mudar a sua forma de articular, de pensamento dessa escola, de organização dessa escola. Por exemplo, uma comparação com uma flor: vejam a flor, nós temos várias pétalas, e a inclusão social é a associação dessas pétalas na sociedade inteira. Ela se abre para a sociedade toda, mas cada pétala tem o seu nicho que pode ser parte desta



sociedade. É preciso que esses indivíduos aprendam no seu grupo para depois se integrarem com a sociedade.

Se não tenho língua, como um indivíduo visual que precisa da língua dos sinais para se comunicar, não tenho a língua oral para poder perceber, como é que vou me integrar depois na sociedade? Como, se não tenho acesso a essa língua, que é a minha primeira?

Os índios também têm a sua língua, têm a sua cultura, têm os seus direitos. É muito importante que isso seja respeitado. Por exemplo, pense naquela flor novamente. Nessa inclusão em que se distribui as pétalas, imagine com ter também LIBRAS em todos os lugares para todas as pessoas na sociedade, nessa distribuição em que cada um faz parte de uma pétala? Nós precisamos disso, sim. Nós queremos isso, sim. Nós queremos simplesmente que o MEC entenda essa flor como um grupo que pode ser fechado. Na verdade, o fechar da flor não é no sentido de os grupos se fecharem em si mesmos, mas no sentido de que os conceitos precisam ser igualados em todos esses grupos, para que eles possam se espalhar de forma unânime, a fim de que todos falem a mesma linguagem. Esses grupos estão todos falando linguagens diferentes. Por exemplo, o conceito de inclusão está diferente para todos.

Nós ouvimos a opinião dos deficientes. Não podem ficar desintegrados. Precisamos também depois abrir essa flor. Nós precisamos nos unir para que ela se desenvolva, para que ela apareça. Por exemplo, uma lágrima que cai sobre a flor é como o orvalho que faz com que ela se abra e se desenvolva. E a escola bilíngue para surdo é um direito que os surdos têm.

No CONAE, nós estávamos presentes, e simplesmente as propostas apresentadas pelos surdos não foram aceitas, nem as moções apresentadas foram constadas na ata final do documento.

O grupo dos cegos, o grupo dos diferentes deficientes, o grupo dos ouvintes têm o direito de opinar por nós? Todos têm direito de mostrar as suas propostas, mas cada um a sua educação, e nós nos sentimos naquele momento extremamente prejudicados, porque não tivemos vez nem voz naquele momento do CONAE.

Temos uma cultura, temos uma identidade surda e queremos que ela seja respeitada. Não queremos estar na inclusão sozinhos, com uma idade avançada,



sem ter uma língua de sinais. Quando temos acesso à língua de sinais, conseguimos nos desenvolver plenamente. Trata-se de uma questão linguística, e pedimos que isso seja visto com muito cuidado.

Não queremos que os ouvintes nos imponham o que podemos ter como educação. Nós queremos uma escola bilíngue. Nós respeitamos os outros e queremos também ser respeitados. Nós queremos democracia. Isso não é democracia? Eu também quero ter o direito de opinar pela educação que eu quero.

Quero que todos entendam que a nossa questão é linguística, sim, como é a questão do índio, que tem língua, comunidade, cultura e identidade diferente. Vocês concordam?

Muito obrigado. É um direito. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Vamos passar aos nossos expositores para responderem a alguma pergunta que ainda tenha ficado pendente e, ao mesmo tempo, fazerem as suas considerações, para podermos caminhar para o encerramento da nossa audiência.

Concedo a palavra ao Sr. Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS - Quero cumprimentar os autores do requerimento, Professora Dorinha, Eduardo Barbosa, e dizer que, de fato, o requerimento é muito importante. Gostei muito da intervenção também. Já conheço o Deputado Eduardo Barbosa há muitos anos, companheiro de caminhada nessa área. É bom ouvir a sua experiência e o seu depoimento em função da reflexão que tem de acontecer na área.

Eu até diria que quando as pessoas me perguntam onde devem estudar, eu respondo que para mim essa não seria a pergunta mais importante. A pergunta mais importante seria o que eu posso fazer para atender às necessidades dessa pessoa, onde as necessidades dessa pessoa podem ser bem atendidas.

Dei o exemplo do surdos do ensino médio. Eles não estavam pedindo escola especial, eles estavam pedindo um programa especial dentro da escola comum. Quer dizer, um ensino médio especial dentro da escola comum.

Por isso eu lastimo muito quando as pessoas dizem que não podem ter um programa especial na escola comum. Digamos que haja um distrito a 40 ou 50 quilômetros da sede do Município, onde há APAE. Para uma pessoa com deficiência



intelectual rodar todo dia é muito, pois que se pode ter um programa especial na escola comum, com atividades integradas, atividades individualizadas, enfim, um planejamento adequado para aquilo de que a pessoa precisa.

Eu diria, Deputados Eduardo, Dorinha e demais colegas, que temos de fazer constar do plano nacional que essa individualização tem de ser pensada em função do caso concreto, da realidade concreta. Quer dizer, darmos alternativas e não fechamos alternativas. Queremos educação de qualidade para todos, seja indígena, quilombola, assentado, acampado, de ilha, com ou sem deficiência. A educação de qualidade deve ser para todos. O Davi foi muito enfático nesse sentido. Ele tem razão. A única discussão que se faz não é a negação da educação, mas dizer se é unicamente num lugar ou vamos dar alternativas para que essa educação se concretize de acordo com esse Brasil imenso que temos e com tantas realidades diferentes. Não se trata de abandono intelectual, mas de educação de qualidade reconhecida, colocada no plano nacional, na LDB. Não é, na verdade, abandono intelectual.

Então, temos de pensar também que unicamente o convívio, a socialização, eu diria, é muito pouca. A pessoa cega precisa ter convívio, socialização, mas ela tem com os amigos. Não temos socialização com todo mundo. Temos o nosso grupo de amigos, de relacionamento, com quem batemos papo. Deve-se dar opção para a pessoa, para a família. O Deputado Lelo Coimbra até disse antes que temos uma cultura de exclusão. Temos mesmo no Brasil. Até saiu uma reportagem, no ano passado ou retrasado, num jornal, dizendo que praticamente todos na escola comum discriminam o homossexual, a pessoa com deficiência, o negro e outras pessoas, mas nem por causa disso vamos dizer que não tenhamos de mudar as estratégias para criar a cultura da inclusão.

Eu até diria que o mais adequado seria dar a opção à família, como o Paulo comentou lá atrás. Vamos tornar a escola tão boa, tão adequada, tão acolhedora, competente, que possamos inclusive perguntar ao pai se prefere aqui ou lá. Na escola comum termina com 17, 21, 20, "*mas o meu filho tem 30, 40, 50*". E daí? Deve haver alternativas para atender bem com qualidade, com segurança, respeitando a cidadania e o que mais for necessário.



A Deputada Dorinha levantou uma das dificuldades que todo diretor de escola comum levanta: falta de apoio de profissionais especializados dentro do projeto político-pedagógico. Podemos ter o fonoaudiólogo, o fisioterapeuta, o psicólogo, o assistente social, o terapeuta ocupacional no projeto político-pedagógica da escola, mas não há recursos.

Na última reunião do CONSED, falamos com o Ministro da Educação. Precisamos ter uma repactuação financeira no Brasil porque Estados e Municípios precisam de mais recursos para tudo, inclusive para o piso salarial nacional dos mais justos, a hora permanência e a melhoria da qualidade. Há uma distorção tributária muito grande. Muitos recursos ficam com o Governo Federal. Poucos recursos são repassados. Toda a contribuição fica com o Governo Federal. Só parte dos impostos são destinados aos Municípios via Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios. Deve haver uma repactuação nesse sentido.

Quero agradecer a todos pela presença e dizer que a coisa mais importante, e no mundo inteiro se diz isso... Eu participei, durante anos, de um organismo, do qual o Eduardo participa, que se chama Inclusion International — Inclusão Internacional. Os princípios adotados são exatamente a autodefensoria: vamos escutar a pessoa com deficiência. Trata-se do autoadvogado, da autodefensoria. As pessoas com deficiência falam: nada sobre nós sem nós. Então, autodefensoria significa ouvir as famílias, fazendo isso para os outros dois princípios: cidadania e inclusão social. Quer dizer, incluir-se na sociedade. São os quatro princípios defendidos.

Vamos realmente pensar que é um universo variado. Queremos que essas pessoas todas — crianças, bebês, adolescentes, jovens, adultos, idosos — tenham um atendimento de mais qualidade. O apelo que faço realmente aos Deputados Eduardo — e sei que ele vai fazer —, Dorinha, Lelo, Pimenta e a todos que estão aqui é no sentido de irmos com calma. Vamos ouvir as pessoas. O nosso objetivo maior tem de ser atender bem, dentro de uma diversidade tão grande, buscando a inclusão e a felicidade dessas pessoas.

Obrigado. (*Palmas.*)



PARTICIPANTE - Vou ser bem rápida por conta do tempo e do horário de voo. Eu me senti contemplada em relação à fala do Davi, até porque ele compõe a campanha. Então, eu assino embaixo.

Eu só queria esclarecer dois pontos. Primeiro, Deputado, concordo com o puxão de orelha, mas o que falei na última audiência — eu era a única educadora no meio de todos os economistas de financiamento — foi que nenhum de nós gostaríamos de entrar num hospital e não ser operado por um médico. Foi isso. Ainda temos muitos debates pela frente.

Algumas posições do Secretário do CONSED me espantaram agora no final, mas acho que ainda temos muito que caminhar, que conversar. Não fazemos inclusão para ninguém ainda do que jeito que ela deve ser. O número de crianças fora da escola e o número de crianças excluídas do processo de educação... Eu só queria que ficasse muito claro que ninguém quer fazer inclusão para as crianças serem infelizes. Eu quero que as 2 mil crianças que tenho lá aprendam. (*Palmas.*) Se elas não aprenderem, eu não posso continuar como Secretária de Educação. Cada uma no seu ritmo, com as suas dificuldades. Isso não é, em momento algum, prioridade ou não prioridade para crianças com deficiência. Isso tem de ser prioridade para todas as crianças brasileiras. Algumas vêm de contextos não letrados, o que é mais complicado: pais e mães analfabetos. Mandamos bilhetes pedindo para eles a participação na escola e nos esquecemos de levantar se sequer esses pais são alfabetizados. Então, ainda temos um caminho bem longo a trilhar.

Muito obrigada. Acho que na semana que vem não serei eu. Não vou poder assinar a lista de presença, mas mais uma vez a campanha se sente contemplada pela importância e principalmente pela participação efetiva de todos.

Obrigada.

PARTICIPANTE - Continuamos com esse debate. Quero colocar, neste final de plenária, que a igualdade de oportunidades é um princípio forte na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e persegui-lo é a melhor política que o Ministério da Educação poderia fazer. Portanto, em alguns momentos aqui, chamou-se o debate. Alguém quer fazer algo que outro não quer ou que as pessoas com deficiência não querem. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi feita pelas pessoas com deficiência, por 97 países.



A Conferência Nacional de Educação teve a participação de mais de 3 mil delegados. Quem esteve presente ao debate, quem participa ativamente dos processos educacionais sabe o quanto essas temáticas são debatidas e o quanto elas têm fortalecido e desenvolvido a escola pública, que tem sim seus desafios, enfrenta sim suas dificuldades, mas não se fortalece se não houver quem a defenda.

Quem defende igualdade de oportunidades para todos na escola deve sim fortalecer esse plano, que não fala em o que uma pessoa ou outra deve fazer. Esse plano fala em: financiamento; implantação de salas de recursos; oferta de atendimento educacional especializado; adequação; material didático acessível; educação bilíngue; fortalecimento do acompanhamento de monitoramento das pessoas com deficiência fora da escola; e, por fim, articulação entre o ensino comum e o especial. É disso que fala esse plano.

Portanto, é importante que se resgatem essas questões aqui no debate, sob pena de não termos ocupado esta oportunidade de fazer um bom plano de fortalecimento de 190 mil escolas públicas que podem sim dar esse salto de qualidade que a sociedade espera.

Essa década de trabalho da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, eu quero repetir, teve frutos, que não foram aumentar a exclusão, histórica no País, que não foram deixar famílias aflitas, que não foram deixar pessoas surdas aflitas. Foram sim criar cursos de educação bilíngue; foram sim criar os primeiros cursos de Letras LIBRAS; foram sim elevar a acessibilidade arquitetônica das escolas públicas de 2% para mais de 20%; foram sim implantar 24 mil salas de recursos multifuncionais, tecnologia assistiva nas escolas.

Portanto, existem sim debates, existem sim consecuições diferenciadas, existem sim escolas que tiveram e têm papel fundamental, como é o caso dos dois institutos federais que foram criados num modelo de instituto especial, mas que foram, ao longo desta década, fortalecidos para se transformarem em centros de referências, passando do seu orçamento, em 2003, de 11 e 13 milhões de reais, para 50 e 70 milhões de reais. Para quê? Para que se fortalecessem como centros de referência nacional na produção de material didático acessível, na formação de professores.



Nós falamos de uma grande política que deve sim estar articulada com a ponta por meio desse processo que nós inauguramos com o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Diversas escolas têm experiências exitosas, estão desenvolvendo um trabalho nessa área. Hoje, mais de 300 mil alunos que estão chegando às escolas, pessoas com deficiência que estavam fora do atendimento escolar, têm, na perspectiva deste plano, fortalecido esse processo educacional, ampliando sim condições, ampliando financiamento.

Vejam bem que nós falamos aqui de 1,20 e passamos para 2,40 de financiamento, no âmbito do FUNDEB — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Essa política precisa ser fortalecida, para que possamos alcançar cada vez mais a perspectiva de toda família, que é não ter mais seu filho excluído da escola, encontrar na escola a condição necessária para sua aprendizagem.

É disso que fala esse plano. Eu acho que é nesse sentido que nós devemos continuar avançando.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Agradeço ao nosso Presidente, Deputado Gastão Vieira, a oportunidade de conduzir este processo de discussão. Como eu disse para os senhores, esta é a primeira de outras audiências sobre esta temática, para as quais gostaríamos de convidar todos para estar conosco.

Aqui vamos garantir uma pluralidade de ideias. É o nosso papel ouvir todas as posições, todas as opiniões, de forma a que possamos legislar buscando um consenso do interesse da sociedade.

Acredito que aqui foram mostrados os contrapontos fundamentais, que esta Casa vai precisar aprofundar e refletir, para fazermos uma legislação que possa ser de fato assumida pela sociedade como um todo, porque qualquer processo de educação e inclusão não depende só de nós, depende de uma sociedade inteira disponível para fazer as mudanças que têm que ser feitas.

Agradeço aos nossos Palestrantes Flávio Arns, Cleusa Rodrigues e Cláudia Dutra.

O nosso Presidente quer se despedir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Eduardo Barbosa saiu-se muito bem. Vou passar a procuração para que ele me ajude nesta imensa tarefa.

Comunico aos Srs. Deputados que recebemos um ofício da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, abrindo a oportunidade de termos uma discussão do Plano Nacional de Educação no “Conselhão”. Este era um objetivo que nós perseguíamos: fazer com que a Sra. Presidenta, todos os Ministros e empresários que compõem aquele Conselho ouçam, compreendam o que é este plano e o que ele representa para o País.

Este foi um debate de altíssimo nível. Não saí, fiquei sentado. Eu me sinto superfeliz pelo debate, porque aqui o contraditório foi estabelecido pela primeira vez. Eu tenho dito, e às vezes não sou compreendido: o debate aqui dentro é completamente diferente do debate legítimo feito pela sociedade. Este aqui é outro debate. Aqui se faz o debate do legislador, daquele que vai ter a responsabilidade de aprovar um texto.

E hoje eu falo para o Eduardo, para a Dorinha, para todos aqueles que fizeram suas intervenções: hoje eu senti que realmente nós começamos a caminhar de uma forma mais firme por este plano.

Amanhã teremos reunião às 14h30min, com a participação das Ministras de Estado Iriny Lopes e Luíza Bairros. Vai ser um debate extremamente interessante, sobre o tema *“Propostas para a Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para Mulheres no âmbito do II PNE”*.

Portanto, para amanhã, às 14h30min, todos os Deputados estão convidados.

Agradeço novamente à Sandra e à outra voluntária, Nadja.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.